

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHAREL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

BRUNO TADDEO DE LIMA CAMPOS

**LEGISLATIVO E EXECUTIVO EM POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA
ANÁLISE DOS PRONUNCIAMENTOS SOBRE ISRAEL NOS GOVERNOS DILMA
E TEMER**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof.º Dr. º Haroldo Ramanzini Júnior

Uberlândia

2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente toda a minha família pelo apoio incondicional, caminho e ensinamentos. À Crispim e Camila, por todo o aprendizado, e Felipe Campos por compartilhar toda a sua alegria, entusiasmo e me ensinar a aprender com meus erros.

Agradeço a meu orientador deste trabalho, Prof.º Dr.º Haroldo Ramanzini Júnior, por todo o apoio nesta jornada de escrita. Um processo de escrita nunca é fácil, principalmente para quem está começando, e tenho dito minha satisfação com o resultado desta pesquisa.

Sou muito grato por todos os professores que cruzaram meu caminho na Universidade Federal de Uberlândia, em especial a Prof.ª Dr.ª Bárbara Motta, a qual foi essencial para meu aprendizado durante minha jornada pela graduação. Muito obrigado pela orientação, parceria e amizade.

Agradeço fortemente a todas as minhas amizades construídas durante esse caminho, em especial para a grande colega Débora Lemos por uma parceria e amizade de longa data. Para a meus queridos amigos Bruna Rivolta, Danilo Horta, Carlos Nicacio, Gabriel Malheiros, Raphael Carvalho e muitos outros, só desejo tudo de bom e crescimento para todos nós. Para Victória Severino, só tenho a agradecer todo o carinho, parceria e companheirismo.

RESUMO

Os estudos sobre a relação entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel, fundamentalmente, estão em constante desenvolvimento na bibliografia brasileira; e os trabalhos existentes sobre o tema contemplam diferentes ênfases analíticas nos aspectos políticos, econômicos ou culturais entre os dois países. Ao escolher aprofundar sobre o caráter político da relação bilateral, este presente trabalho pretende contribuir para o debate das relações Brasil-Israel ao analisar a retórica do poder executivo e legislativo brasileiro sobre o Estado judeu. Para isso, este trabalho tem como objeto de pesquisa os pronunciamentos do executivo e do legislativo brasileiro durante duas administrações: o governo Dilma (2011-2016) e o governo Temer (2016-2018). Ao estabelecer este recorte temporal, este trabalho tem como objetivo responder a seguinte pergunta: Houve alguma mudança, a nível da retórica do discurso político, nos pronunciamentos dos poderes legislativo e executivo na passagem do governo Dilma para o governo Temer, no que tange a imagem de Israel? Para formular algumas considerações, este trabalho utilizará como método um breve mapeamento descritivo-explicativo do banco de dados de notas e pronunciamentos da Presidência da República e do Itamaraty; e de discursos realizados em plenário da Câmara dos Deputados. Dessa forma, pretende-se testar a hipótese sobre o nível de apoio que o poder legislativo dá para a condução da política externa do poder executivo, que é comumente descrita como uma relação de alinhamento entre os dois poderes. Este trabalho constrói, *a priori*, a seguinte hipótese: No governo Dilma, houve um alinhamento retórico entre os dois poderes no posicionamento em pautas referentes à Israel, com um alto índice de pronunciamentos apoiando a condução do governo nesta temática. Com a perda de popularidade após a reeleição, Dilma perde drasticamente apoio político, e isto se reflete em um aumento do número de discursos contrários ao modo que as relações com Israel estavam sendo conduzidas. Após o *impeachment*, o governo Temer perdeu a oportunidade atender demandas domésticas para mudar a relação com o Estado de Israel, principalmente aquelas advindas do Congresso, e manteve boa parte das posições defendidas historicamente pelo Brasil e pelo governo anterior. Portanto, espera-se identificar na análise dos pronunciamentos do novo governo um nível baixo de convergência de posições entre os dois poderes neste tema.

Palavras-chave: Israel e Palestina; política externa brasileira; discurso político

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Exemplo do banco de dados sobre a classificação nos pronunciamentos do Poder Executivo	25
Tabela 2 – As palavras-chave escolhidas para a categorização dos temas dos pronunciamentos do poder executivo do governo Dilma	27
Tabela 3 – As palavras-chave escolhidas para a categorização dos temas dos pronunciamentos do poder legislativo no governo Dilma	32
Tabela 4 - As palavras-chave escolhidas para a categorização dos temas dos pronunciamentos do poder executivo do governo Temer	44
Tabela 5 - As palavras-chave escolhidas para a categorização dos temas dos pronunciamentos do poder legislativo do governo Temer	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Alinhamento dos discursos do legislativo em relação executivo do governo Temer acerca de temas sobre Israel.....	42
Gráfico 2 - Alinhamento dos discursos do legislativo em relação executivo do governo Temer acerca de temas sobre Israel.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AP	Autoridade Palestina
APE	Análise de Política Externa
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DEM	Democratas
EUA	Estados Unidos da América
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PV	Partido Verde
SD	Partido Solidariedade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. UM BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL-ISRAEL.....	5
2.1 A relação bilateral nos tempos da Equidistância (1949-1970).....	5
2.2 Do pragmatismo responsável ao governo Lula (1973-2010).....	9
2.3 Relação Brasil e Israel no governo Temer (2016-2018).....	20
3. MAPEAMENTO DOS PRONUNCIAMENTOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO DURANTE O GOVERNO DILMA (2011-2016) SOBRE ISRAEL	23
3.1 Construção do banco de dados.....	24
3.2 Mapeamento do poder executivo no governo Dilma	26
3.3 Mapeamento do poder legislativo no governo Dilma	32
3.3.1 – Repercussão da Operação Pilar Defensivo (2012)	33
3.3.2 – Repercussão da Operação Margem Protetora (2014)	35
3.3.3 – Crise diplomática da nomeação do embaixador Dani Dayan (2015-6).....	38
4. MAPEAMENTO DOS PRONUNCIAMENTOS DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO DURANTE O GOVERNO TEMER (2016-2018) SOBRE ISRAEL	44
4.1 Mapeamento do poder executivo no governo Temer	44
4.2 – Mapeamento do poder legislativo no governo Temer	48
4.2.1 – A repercussão do voto favorável brasileiro à resolução da UNESCO (2016).....	50
4.2.2 – O apoio a transferência de cidades da embaixada de Jerusalém (2017-8).....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6. REFERÊNCIAS.....	60
ANEXO I – BANCO DE DADOS DO PODER EXECUTIVO (2011-2018)	66
ANEXO II – BANCO DE DADOS DO PODER LEGISLATIVO (2011-2018)	76

1. INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil e o Estado de Israel são duas nações cuja relação bilateral permanece ativa e ininterrupta desde os primeiros momentos de existência do Estado judeu. Ao ser oficializada no reconhecimento brasileiro em 1949, a relação entre estes países possui um importante simbolismo para a história da diplomacia brasileira – justificado pelo protagonismo associado ao diplomata Osvaldo Aranha, que conduziu como Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas a aprovação da Resolução 181 sobre a Partilha da Palestina (DOS SANTOS, 2000).

O caminho da relação do Brasil com os países do Oriente Médio, e, em especial, com o Estado de Israel, percorre em paralelo às ambições brasileiras de assumir uma posição de protagonista nas relações internacionais. Neste sentido, é possível mencionar como relevante o papel da posição brasileira nas várias guerras que ocorreram na região (em especial os conflitos árabe-israelense e israelo-palestino) e as tentativas do Brasil de assumir um papel de mediador.

No que tange ao posicionamento brasileiro frente ao conflito entre palestinos e israelenses, a bibliografia de Relações Internacionais é bastante presente no debate histórico do engajamento brasileiro nesta questão, e como a formulação da agenda de política externa foi um indicador importante para ditar os rumos do diálogo entre Brasil e Israel. As relevâncias ideológica, espiritual ou pragmática do Estado de Israel para a sociedade brasileira, são abordadas por diversos autores dispostos a compreender a voz do governo brasileiro no conflito israelo-palestino, os quais possuem grande contribuição na elaboração deste presente trabalho (DOS SANTOS, 2000; FELDBERG, 2018; SANTANA, 2005; VIGEVANI, CASARÕES, 2014; VIGEVANI, CALANDRIN, 2019). Acerca do tema, a bibliografia especializada ainda tem muito a contribuir sobre os posicionamentos à nível doméstico no Brasil sobre o Estado de Israel, e principalmente como se deram os discursos de parlamentares brasileiros sobre o referido tópico através dos anos. O presente trabalho busca se inserir nesse debate, por meio de um mapeamento descritivo de alguns dos discursos de políticos brasileiros em história recente.

Vários autores de Relações Internacionais e da Ciência Política que dialogam com o campo de Análise de Política Externa (APE) escrevem sobre a atuação parlamentar em pauta de política externa. Neste sentido, muitos estudos revelam que, à nível burocrático e constitucional, o poder legislativo tende a concordar e reafirmar a posição estabelecida pelo poder executivo em política externa – havendo uma relação de alinhamento entre ambos (MATTOS, 2018; SILVA, SPOHR, 2021).

Apesar de, nos anos 1990 em diante, ser observado um processo de “democratização” e “horizontalização” na política externa brasileira (FARIAS; JÚNIOR, 2015), que incluiu novos atores para o debate, na maioria dos casos durante a Nova República (1988-), o parlamento brasileiro endossa a maioria das decisões tomadas a nível internacional pelo Presidente. São poucos os casos em que deputados e senadores atuam em desacordo com a atuação brasileira no cenário internacional, e mais raros ainda quando há reprovação de algum ratificação de tratado internacional. Em termos gerais, há mecanismos de incentivos e desincentivos por parte dos deputados que os colocam na esfera da “formulação”, mas a Constituição Federal atualmente vigente pouco direciona o poder decisório de política externa para além da instituição do Itamaraty e o Chefe de Executivo (MATTOS, 2018; SILVA, SPOHR, 2021).

Para apontar a relevância do discurso político no debate da política externa brasileira para Israel, os objetos deste trabalho serão os discursos dos poderes legislativo e do executivo brasileiro sobre temas que envolveram o Estado de Israel durante duas administrações recentes: o governo de Dilma Rousseff (2011-2015) e o governo de Michel Temer (2016-2018). Como método, foi escolhido uma análise descritiva-explicativa dos discursos com alguns elementos qualitativos.

Diante deste cenário, a análise proposta neste trabalho terá como objetivo principal comparar os pronunciamentos de ambos os poderes nos temas que envolveram o Estado de Israel em cada governo separadamente, a fim de responder a seguinte pergunta: Houve alguma mudança, no nível da retórica, no alinhamento entre os poderes legislativo e executivo na passagem do governo Dilma para o governo Temer acerca do posicionamento sobre o Estado de Israel em pauta de política externa? Para tentar atingir algumas respostas a essa questão, este trabalho será dividido em três capítulos.

No Capítulo 1, elaborar-se-á uma breve revisão histórico-bibliográfica das relações Brasil e Israel desde 1949 até 2010, enfatizando o papel da tradição diplomática brasileira frente ao tema e às principais considerações dos autores. Nesta primeira seção, haverá a iniciativa de contextualização acerca do posicionamento histórico do Brasil frente a questões que envolveram o Estado de Israel, destacando cada fase da relação e a condução da pauta pelos principais governos. Ademais, este primeiro capítulo apresentará os elementos que a bibliografia especializada aponta como relevantes para analisar as motivações do governo brasileiro na parceria com Israel, distanciando-se ou aproximando-se do Estado judeu. É necessário dedicar-se à bibliografia histórica justamente para conhecermos os eventos históricos e símbolos proferidos nos discursos recentes, principalmente aqueles que se referem

a atuação de governos brasileiros em nos avanços e retrocessos nas negociações de paz no Oriente Médio.

Quando chegarmos nas respectivas sessões de revisão bibliográfica dos governos Dilma e Temer, daremos devida atenção para um segundo objetivo. Além de trazer as contribuições dos principais autores, procuraremos identificar quais foram os principais eventos que afetaram a condução das relações entre Brasil e Israel. Será a partir da seleção destes casos que conduziremos o mapeamento descritivos de discursos nos capítulos seguintes.

O Capítulo 2 e 3, que seguirão uma mesma estrutura textual, serão dedicados à apresentação e realização da análise dos levantamentos acerca do governo Dilma e Temer sobre a temática de Israel. O segundo capítulo, apenas sobre o período Dilma, será dividido em três seções.

A primeira será dedicada a uma breve explicação da montagem do banco de dados elaborado, apresentando as fases da análise e a classificação por tema de cada discurso. Na segunda seção, apresentaremos o levantamento dos dados dos pronunciamentos, notas oficiais e declarações conjuntas do Executivo brasileiro do governo Dilma – contidos na coletânea “*Revista de Política Exterior do Brasil*”¹.

Na terceira seção, realizar-se-á um segundo mapeamento, agora sobre os pronunciamentos da Câmara dos Deputados durante o governo Dilma. Para isso, foi realizado um levantamento no portal “*Discursos e Notas Taquigráficas*”² da Câmara dos Deputados, por meio de pesquisas em formato de palavra-chave. Á título de simplificação e facilitação do levantamento dos dados, não foram reunidos nesta pesquisa os discursos proferidos no Senado Federal sob duas justificativas: I) A fim de facilitar o manuseio do banco de dados, reduzindo sua extensão; e II) Pela percepção embasada de que os deputados participam mais do debate sobre política externa do que os senadores (SILVA, 2016). Foram apenas selecionados os pronunciamentos ditos por deputados federais em Plenário da Câmara.

¹ Esta fonte de dados reúne os discursos, tratados, notas e entrevistas oficiais de presidentes, embaixadores e ministros do Executivo do Brasil em periodicidade semestral. Para a análise do Governo Dilma, foi selecionado do relatório 2011-1 até 2016-1, enquanto para o governo Temer utilizamos a coletânea seguinte até 2018-2. Disponível no site do Ministério das Relações Exteriores: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/colecoes-historicas/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil>>.

² Este banco de dados contém todos os pronunciamentos dos Deputados Federais e convidados nas sessões plenárias da Câmara dos Deputados desde 1946 até os dias atuais. A pesquisa pode ser realizada por meio de vários filtros, sendo aplicado o período temporal da análise e o uso de palavras-chave “Israel” para identificar os discursos que contemplem as características do objeto de pesquisa do trabalho. Disponível no site da Câmara dos Deputados: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>>.

Tendo em vista a quantidade elevada de discursos para a realização da descrição e análise, utilizaremos a listagem de eventos que afetaram as relações Brasil-Israel com a finalidade de descrever apenas uma amostra de discursos.

Após a apresentação dos dados, todos os discursos do banco de dados – e não apenas os descritos com base nos eventos - serão catalogados sob a seguinte variável dependente – “O discurso está em convergência com a posição estabelecida pelo poder executivo sobre o tema que envolveu o Estado de Israel?”. Após essa seleção por meio das respostas “SIM” e “NÃO”, será possível induzir valores quantitativos sobre o alinhamento retórico entre os dois poderes.

No Capítulo 3, por fim, partiremos para os dados selecionados durante o recorte histórico do governo Michel Temer (2016-2018), os quais serão apresentados, classificados e analisados sob a mesma organização e anteriormente explicada para o governo Dilma – tanto do Poder executivo quanto do legislativo.

Ao final, na conclusão, os principais pontos abordados no trabalho serão retomados, revelando algumas respostas possíveis à hipótese levantada sobre o possível caminho trilhado no conteúdo dos discursos de Executivo e Legislativo em cada um dos governos. Ademais, a discussão sobre o histórico das relações Brasil-Israel elaborado no primeiro capítulo será retomado, a fim de dialogar sobre como os governos Dilma e Temer podem nos amparar em entender a relevância da imagem de Israel para a política externa brasileira em tempos recentes.

2. UM BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL-ISRAEL

Neste primeiro capítulo será elaborada uma breve retomada do histórico da relação Brasil e Israel desde a sua gênese – dada no reconhecimento brasileiro do Estado judeu em 1949, até o recorte histórico dos dois últimos governos do Brasil. Dito isso, apresentaremos ao decorrer do texto as percepções e argumentos de alguns autores sobre cada um dos principais momentos históricos da relação bilateral, revisando suas principais abordagens e traçando um paralelo com o caminho trilhado pela política externa brasileira. Ao avançarmos no tempo para as considerações da política externa dos governos Dilma e Temer, além de apresentar a contribuição da bibliografia, será delineado como as discussões iniciadas pelos autores colaboram para a elaboração do desenho de pesquisa deste trabalho.

2.1 A relação bilateral nos tempos da Equidistância (1949-1970)

Anteriormente à própria criação do Estado de Israel moderno como conhecemos, o povo judeu já carregava uma história e tradição de vários séculos, e muitas delas são contempladas e aprofundadas pelos estudos de História, Geografia e Teologia. Essa relevância espiritual e existencial do Estado de Israel para a comunidade judaica mundial – após séculos de perseguição e discriminação em vários continentes – nos ajuda introduzir quais foram os interesses de outros países em se relacionar com esse Estado recém-criado do final da década de 1940 (CASARÕES, 2017).

No início do século XX, o Brasil desempenhou um papel determinante para a vida de várias famílias judias que, ao fugirem do antissemitismo na Europa, foram recepcionadas em território nacional. Até o início das hostilidades da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a intensificação da violência contra minorias incompatíveis com a dita “raça ariana” na Alemanha nazista contribuiu para que muitos judeus buscassem a América Latina como um novo lar (BBC, 2019). Segundo Decol (2001), estima-se que desde 1920 até 1939, cerca de 50 mil judeus teriam saído da Europa e vindo em direção ao Brasil.

Em contrapartida, apesar da entrada de vários imigrantes no período – essencial a consolidação da comunidade judaica brasileira – a receptividade do governo brasileiro é entendida como pouco amistosa. Principalmente a partir de 1937, com o acirramento das tensões na Europa, houve um receio muito grande por parte dos diplomatas de alto escalão brasileiros sobre a imigração de judeus em território nacional. Segundo documentos oficiais, houve ordens do próprio Ministério das Relações Exteriores (MRE), durante o Estado Novo,

para impor restrições à entrada de judeus – considerados indesejáveis e maléficos para a formação étnica do povo brasileiro. É apenas em 1950, após o fim do regime de Getúlio Vargas, que estas restrições foram revogadas – em um momento que o genocídio do holocausto nazista já era de conhecimento mundial (BBC, 2019; FELDBERG, 2020).

A Política Externa Brasileira, principalmente no contexto da Segunda Guerra, foi marcada segundo a literatura por uma postura de neutralidade em relação aos lados que guerreavam na Europa. Segundo Moura (1993), até 1941, o Brasil mantinha boas relações tanto com países aliados quanto países do Eixo. Nesta última interação, o governo Vargas colocou a parceria econômica com a Alemanha nazista como essencial para o projeto desenvolvimentista do país, principalmente no setor de comércio de armamentos. A chamada “equidistância pragmática”, conceituado pela bibliografia, nos ajuda a compreender como a política externa estava indissociável do projeto econômico do país, e a busca por parcerias convergentes aos interesses desenvolvimentistas. A partir de 1942, quando o Brasil entra de fato na guerra ao lado dos países aliados, conclui-se que as preferências do bloco dos Estados Unidos foi o vencedor nas articulações na diplomacia brasileira (CORSI, 2008; MOURA, 1993).

Sobre a relação com países do Oriente Médio, o governo brasileiro tratava-a com menos prioridade; não apenas pela distância entre as duas regiões, mas também pela pouca relevância econômica para os interesses nacionais do Brasil. Neste quesito, é apenas em 1947 que o Brasil iria desempenhar um protagonismo central na política do Oriente Médio. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), o diplomata Osvaldo Aranha foi eleito para presidir a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 1947, e teve um papel essencial nas negociações da votação da Resolução 194, que estabeleceu a divisão do antigo Mandato da Palestina, antes sob domínio britânico, em duas partes: uma para os árabes, e outra para os judeus (CASARÕES; VIGEVANI, 2014). Como veremos nos próximos capítulos, o diplomata Osvaldo Aranha é recorrentemente lembrado nos discursos que abordam a criação de Israel, citando-o como um símbolo responsável para a aprovação daquela resolução.

Sobre o lugar do Brasil nos debates da ONU sobre as questões do Oriente Médio na década de 1940 e 1950, vários autores estabelecem distintas percepções do posicionamento brasileiro. Para Vigevani e Kleinas (2000), ao analisarem documentos do Itamaraty, é compreendido que o Brasil aparentava não ter pautas específicas a defender, e sua posição de neutralidade pode ser entendida sob três parâmetros: I) a busca pelo alinhamento com os EUA; II) a rivalidade com a Argentina; e III) a relação com o Vaticano. Cada uma destas influências externas, fundamentalmente, ressalta como o governo brasileiro pouco avançou à época na

formulação de políticas externas mais específicas para determinadas regiões, e atuou seguindo suas diretrizes mais gerais.

Dos Santos (2000), em paralelo, classifica a posição brasileira com a questão de Israel como uma postura de “equidistância”, a qual foi mantida até meados dos anos 1970. Novamente, é destacado pela autora a irrelevância do interesse econômico com Israel e os países do Oriente Médio na época, e em adicional como o Brasil buscava espaço nos fóruns multilaterais afim de ganhar espaço naquele novo sistema internacional que estava em formação.

A interpretação de Casarões e Vigevani (2014) corrobora para esse mesmo caminho. Apesar de haver o reconhecimento do protagonismo do Brasil na condução da votação, muito devido à atuação diplomática de Osvaldo Aranha³ como presidente da AGNU, durante as negociações o país manteve seu objetivo geral de política externa de alinhamento com os EUA como o meio norteador no debate. Segundo um comunicado do Itamaraty para a delegação brasileira em Nova Iorque, o chanceler brasileiro Rui Rodrigues deixou claro que, para o voto na questão palestina, “a melhor atitude é a abstenção”, porém, se o voto brasileiro fosse decisivo para a aprovação ou não da resolução final, a melhor opção seria “votar de acordo com as grandes potências” (VIGEVAANI, KLEINAS, 2000; p. 86). No fim da votação, a AGNU aprovou a resolução da partilha com 33 votos favoráveis (incluindo o brasileiro), 13 votos contra (boa parte dos países árabes, que negociavam pela criação de uma federação ao invés da partilha); e 10 abstenções.

Após os eventos que desencadearam na Primeira Guerra árabe-israelense, em 1947, resultando na fundação do Estado de Israel, o Brasil teve uma tendência de posições conciliatórias, e fundamentou uma prudência ao não favorecer qualquer lado do conflito e apoiar o engajamento da ONU para o apaziguamento das hostilidades. Em 1949, o governo brasileiro reconhece o novo estado judeu, e em 1952 abre o primeiro posto diplomático na capital, Tel Aviv. Também naquele mesmo ano, Israel abre a embaixada oficial no Rio de Janeiro, dando início à relação bilateral de maneira formal (CASARÕES; VIGEVAANI, 2014; DOS SANTOS, 2010).

Até a metade dos anos 1960, a relação Brasil e Israel obteve resultados relevantes, pelo menos no âmbito comercial. O Acordo básico de cooperação técnica entre os dois países,

³ De acordo com Vigevani e Kleinas (2013), Osvaldo Aranha sempre fora um diplomata brasileiro que buscava um alinhamento maior aos interesses dos norte-americanos, entendidos como aqueles que mais trariam benefícios ao interesse nacional pós-guerra. Rui Fernandes, em paralelo, priorizava questões internas, em especial o anticomunismo, elemento que levou a algumas discordâncias.

celebrado em 1962, representa essa tentativa de diversificação de parcerias por parte do governo brasileiro, e corrobora para o argumento que, mesmo com poucas diretrizes para a relação bilateral, houve incentivos para negociar iniciativas cooperativas (CASARÕES; VIGEVANI, 2014).

Do lado israelense, devido às consequências políticas da expansão do estado judeu, foi dada a importância de ampliar parcerias no âmbito multilateral. Devido à repercussão das resoluções da ONU sobre os conflitos com os árabes, o governo de Israel objetivou melhorar a imagem do país, reunindo parceiros que pudessem votar favoravelmente a seus interesses na ONU. Neste ponto, destacam-se as contribuições de Grossmann (2012) para o cenário das relações durante o governo de João Goulart. Em seu trabalho, foi mostrado que, a partir da necessidade do Estado de Israel em se relacionar mais intimamente com países da América Latina, houve a iniciativa diplomática de buscar o apoio brasileiro para a transferência da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém⁴ (reconhecendo a cidade sagrada como capital única do estado judeu). Mesmo com o golpe militar de 1964, o Brasil não atendeu a essa demanda de Israel e manteve sua postura de equidistância acerca dos interesses israelenses (GROSSMAN, 2012).

Com a compreensão dos interesses envolvidos do lado brasileiro neste primeiro recorte temporal, podemos identificar como boa parte da bibliografia das relações Brasil e Israel coloca seus esforços para explicar a atuação brasileira no âmbito das Nações Unidas. Ademais, também se entende que boa parte dos autores citados corroboram a uma similar compreensão das primeiras décadas da relação bilateral; de que os governos brasileiros, apesar de em algumas pautas⁵ terem apontado divergências com Israel, mantiveram um posicionamento de distanciamento dos temas voltados para o Oriente Médio por meio da defesa de diretrizes gerais e, principalmente, dos princípios do direito internacional⁶.

⁴ A questão de Jerusalém é citada e abordada por vários autores ao decorrer das relações Brasil-Israel. Na temática deste texto, cabe ressaltar novamente o peso da relação com o Vaticano, que na época abdicava pela internacionalização da cidade que permitia a livre manifestação da fé por parte dos cristãos. O Brasil, como o maior país cristão em número de fiéis, valorizava o alinhamento com a posição do mundo católico. No avanço das décadas, a questão de Jerusalém retorna sob novas perspectivas ao centro da relação bilateral. (DOS SANTOS, 2010)

⁵ Na crise de Suez em 1956, o Brasil foi responsável pelo envio de tropas para o Batalhão de Suez da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF). No entanto, como Uziel (2010) aponta, os interesses brasileiros estavam voltados para favorecer um compromisso ao multilateralismo, do que necessariamente apoiar retoricamente algum lado do conflito. Acerca do final da década de 1960, Vigevani e Casarões (2014) citam o apoio brasileiro à Resolução 242 do CSNU, que determinou o cessar fogo da Guerra dos seis dias (1967).

⁶ Vigevani e Casarões (2014) indicam como o discurso brasileiro, desde a Guerra dos Seis Dias (1967), reiterou o apoio mútuo tanto a soberania do Estado palestino quanto o direito da existência do Estado de Israel.

2.2 Do pragmatismo responsável ao governo Lula (1973-2010)

A partir da década de 1970, já com o regime militar brasileiro plenamente consolidado, uma ruptura categórica na política externa brasileira é reconhecida pela bibliografia, e há de se identificar um reflexo desta na relação entre Brasil e Israel. A partir das transformações fundamentadas na PEB durante o governo Geisel, o qual representou um novo paradigma para o engajamento brasileiro no sistema internacional, percebeu-se um distanciamento do Brasil em relação a Israel em troca de uma proximidade maior com os países árabes (SANTOS; EDUARDO, 2015; SOCHACZEWSKI, 2004; SPEKTOR, 2004).

Segundo alguns autores, existem diversas variáveis explicativas para esse processo, e não cabe aqui reproduzir as razões e os motivos para a transformação na política externa brasileira. Dito isso, atravessaremos por dois pontos principais: apresentar brevemente o que foi o “pragmatismo responsável”, conceito que explica a nova PEB conduzida pelo governo Geisel; e explicar os eventos que justificam alterações significativas na relação com Israel. Novamente, percebe-se um foco nas votações do Brasil na ONU para explicar os caminhos da relação bilateral.

Segundo Matias Spektor (2004), a abordagem distinta da política externa do governo Geisel (1973-1979) está enraizada em alguns fatores externos. Dentre eles, é citado a postura brasileira de abandono das tomadas de decisão voltadas exclusivamente para as vias ideológicas da lógica bipolar da Guerra Fria. Durante boa parte do regime militar até então, o governo brasileiro formulou seu engajamento internacional pautado majoritariamente no alinhamento automático com os EUA, aproveitando-se dessa parceria para favorecer o projeto de ascensão econômica do país. Com a ascensão de Geisel à presidência, e a atuação de seu chanceler Azeredo da Silveira, essa perspectiva foi alterada, muito devido aos novos objetivos estabelecidos pela atuação destes dois atores.

Em termos gerais, foi observado tanto na retórica diplomática, quanto na prática, uma tentativa do governo brasileiro de desvincular-se dessa subserviência aos interesses norte-americanos, e adentrar em uma lógica terceiro-mundista de diversificação de parcerias. Em termos conceituais, o “pragmatismo” estaria voltado para atender aos interesses nacionais do Brasil e de outros países que estiverem convergentes a ele, atuando de forma prudente e “responsável”. Dito isso, as relações do Brasil foram ressignificadas a fim do país ganhar mais espaço nas negociações em vias multilaterais, atendendo algumas alternativas para posicionamentos e projetos autônomos à lógica bipolar (SPEKTOR, 2004).

Haja vista estes novos ressignificados do engajamento brasileiro no sistema internacional, a relação entre o Brasil com os países do Oriente Médio deveria refletir essa nova ambição dos interesses nacionais, e isso trouxe consequências relevantes que reverberam no debate da história diplomática brasileira até hoje.

Economicamente, o Brasil de meados dos anos 1970 era muito dependente em quesitos energéticos, e necessitava de investimentos em exportações para atender a demanda da economia interna. Nesse ponto, surgiu como diretriz de política externa do governo Geisel um aumento de parcerias que favorecessem a importação de petróleo, levando a uma aproximação com países árabes (CASARÕES, VIGEVANI 2014).

Segundo Casarões e Vigevani (2014), essa transição da posição de neutralidade para uma política externa mais específica não ocorreu de forma abrupta com a posse do novo governo Geisel, mas foi se intensificando até o auge do movimento terceiro-mundista na década de 1970. O interesse brasileiro com o petróleo que era exportado destes países já existia desde meados da década de 1960, representado pela oficialização de novas relações bilaterais (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Iraque). Dessa forma, é observado no governo Geisel o auge da formulação desses objetivos de política externa, os quais refletiram na retórica dos representantes brasileiros mais favorável ao direito dos árabes, e críticas mais contundentes ao Estado de Israel.

Várias atitudes da diplomacia brasileira contribuem para essa consideração, como: o apoio brasileiro à Resolução 242, que determinava o retorno dos territórios ocupados por Israel na Guerra dos Seis Dias (1967), ou mesmo o voto favorável do Brasil em 1974 para o reconhecimento da Organização para Libertação da Palestina (OLP) como representante da Palestina na ONU (CASARÕES; VIGEVANI, 2014).

Os resultados destes objetivos de política externa se deram sob um aumento contundente das importações de petróleo árabe, que favoreceu o projeto de desenvolvimento brasileiro. Por outro lado, além de uma maior dependência da importação destes produtos, a troca comercial era desigual para o lado brasileiro – os produtos manufaturados do Brasil não cresceram de maneira proporcional (BORGES; et al, 2018). Após duas crises do petróleo, em 1973 e 1979, essa relação desigual se mostrou mais aparente, fator que refletiu em um aprimoramento ainda maior de certas parcerias, principalmente em outros setores que não o energético (CASARÕES; VIGEVANI, 2014).

Essa aproximação com nações árabes, as quais se colocavam como inimigas do Estado de Israel, teve consequências para a reputação brasileira para com o Estado judeu, principalmente nos pronunciamentos e votos dados em fóruns das Nações Unidas. Talvez o

voto mais referenciado e abordado na bibliografia, acerca dessa mudança em prol dos árabes no posicionamento brasileiro, seja sobre a Resolução 3379 de 1975, a qual determinava em seu texto que o sionismo é uma forma de racismo e discriminação racial (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1975).

Ao votar favoravelmente a essa resolução, que condenava o movimento nacional de autodeterminação do povo judeu – o chamado sionismo –, a representação brasileira marcou uma mudança significativa não apenas ao tratar da relação com Israel, mas também na postura histórica do país em fóruns multilaterais. De acordo com alguns autores (LESSA, 2000; DOS SANTOS; UZIEL, 2015), o voto favorável tratou-se da representação máxima do pragmatismo do governo Geisel, justamente por se tratar de uma divergência clara aos interesses dos EUA e das potências ocidentais. Dessa forma, a bibliografia, por meio da análise de documentos disponíveis, tenta abordar as razões e a tomada de decisão que levou ao voto brasileiro em uma resolução tão polêmica, e em especial entender se houve intenções antissemitas por parte do corpo diplomático brasileiro (CASARÕES, VIGEVANI, 2014; DOS SANTOS; UZIEL, 2015; SOCHACZEWSKI, 2004; LESSA, 2000).

Dos Santos e Uziel (2015), ao identificarem parte da tomada de decisão através de documentos oficiais, concluem que o voto brasileiro foi decidido principalmente pelo próprio presidente Geisel, com certa influência do chanceler Azeredo da Silveira, ambos dispostos a discordar dos norte-americanos para a questão. Os autores entendem que, para os representantes do governo brasileiro, o voto na Resolução foi uma maneira de enviar uma mensagem aos EUA sobre como o Brasil levaria a relação bilateral a partir daquele ponto, demonstrando-se insatisfeito com a condução do sistema internacional. No entanto, tanto Geisel quanto Silveira, na visão do texto, pouco souberam avaliar as reais consequências daquela votação, a qual necessitaria uma mudança drástica ainda maior no modo de votação do Brasil na ONU.

Casarões e Vigevani (2014) também encaminham para essas mesmas conclusões sobre as razões para o voto favorável; e boa parte dos documentos citados por eles não identificam razões antissemitas do posicionamento brasileiro. As ambições de estabelecer o Brasil como um pivô do terceiro-mundo, que desenvolveria uma postura autônoma no sistema bipolar da Guerra Fria, foram o principal motivador para uma contestação tão significativa quanto concordar com a Resolução 3379. Portanto, é dito que os incentivos para o referido voto não estiveram pautados em discordâncias com o movimento sionista em si, mas em uma decisão racional de reorientação da política externa brasileira.

Com a leitura da bibliografia, é possível sintetizar as razões para o voto na resolução 3349 sob dois principais pilares: i) o distanciamento da imagem de um país alinhado

incondicionalmente aos EUA, em concordância com os objetivos do “pragmatismo responsável”; e ii) assegurar uma continuidade das relações amistosas com os principais fornecedores de petróleo para o país. É importante citar que Kuwait, Iraque e Arábia Saudita estavam entre os patrocinadores e aprovadores da Resolução 3379 (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1975).

No decorrer das décadas de 1970 e 1980, o governo brasileiro continuou em uma postura de defesa tanto dos princípios multilaterais quanto da causa árabe, e no decorrer das hostilidades na região sempre criticou a atuação de Israel. No entanto, mesmo com o abandono parcial da posição de equidistância, Casarões e Vigevani (2014) comentam que, mesmo no auge do pragmatismo do período Geisel, o direito de existência de Israel nunca foi violado nos discursos de representantes brasileiros.

Dentre os primeiros governos brasileiros após a redemocratização, é importante registrar que boa parte das orientações da política para o Oriente Médio, de forma geral, foram mantidas, havendo apenas alguns breves ajustes na condução de certas pautas específicas.

No governo Collor, por exemplo, o Brasil passava por um cenário de transformação pungente, tanto no plano social quanto político, e boa parte das promessas da atualização da política externa aos novos tempos veio da postura do novo presidente. Haja vista o fim da bipolaridade da Guerra Fria, Collor colocou como estratégia recuperar a credibilidade do país no sistema internacional e ampliar a abertura comercial. No que tange ao Estado de Israel diretamente, Collor prometeu enquanto candidato reverter⁷ o voto brasileiro na Resolução 3379. (CASARÕES, 2015).

No entanto, o governo Collor não rompeu abruptamente com as parcerias longamente consolidadas com vários países árabes. Isso se refletiu principalmente com a eclosão da Guerra do Golfo (1990-1), quando o Brasil não aceitou o envio de tropas juntamente com os EUA. Ademais, o agravamento da inflação interna no país, e do pagamento da dívida, agravou um baixo interesse nas pautas de menor relevância comercial – voltando os esforços políticos para problemas domésticos (CASARÕES, 2015; CASARÕES, VIGEVANI, 2014).

O esfriamento do envolvimento do Brasil em assuntos com Israel foi ainda mais severo no governo FHC, apesar do aumento da relevância do conflito israelo-palestino com o avanço das negociações de paz. Em mais de uma declaração, Fernando Henrique Cardoso comentou que o envolvimento brasileiro na questão entre Israel e Palestina não era relevante, e seu próprio

⁷ Em 1991, foi aprovada a Resolução 46/86, que revogava a Resolução 3379 acerca da discriminação racial do sionismo. O Brasil, no governo Collor, foi um dos patrocinadores do documento.

chanceler da época, Luís Henrique Lampreia, questionou se o Brasil teria algum papel diplomático nesta questão (LAMPREIA, 2015). Em termos de política externa, o governo FHC formulou diretrizes muito pautadas no processo de integração regional do Brasil com a América Latina, e boa parte dos esforços da diplomacia brasileira foram direcionados na inserção do Brasil nos mais diversos novos temas de cooperação internacional. A prática da “diplomacia presidencial”, como ficou conhecido o engajamento do próprio presidente em discussões internacionais, foi essencial para desempenhar esse projeto (ALBUQUERQUE, 1996; VIGEVANI, OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

O avanço das negociações que levaram aos Acordos de Oslo II, e mesmo a eclosão dos protestos da segunda Intifada em 2002, são alguns exemplos de quando o governo FHC assumiu umas posições mais claras na questão, mas boa parte da formulação da política externa ditada uma postura, novamente, de distanciamento do debate sobre o processo de paz e a insurgência de novas questões na região (CASARÕES, VIGEVANI, 2014).

A partir de 2003, chegamos em outro ponto de grande debate nas bibliografias da História da Diplomacia brasileira – a ascensão de Lula à Presidência da República. A bibliografia de Relações Internacionais, fundamentalmente, tem muito a abordar sobre as consequências da política externa de Lula para a posição do Brasil no sistema internacional, justamente pelo engajamento ambicioso do governo em busca de um protagonismo singular. Para boa parte dos autores, o período Lula foi popularizado sob o termo da “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Apesar dos autores reconhecerem a continuidade de boa parte das diretrizes de política externa, principalmente no âmbito multilateral, o engajamento brasileiro foi muito mais categórico na perseguição por um papel de destaque à nível regional e entre o mundo subdesenvolvido. Isso exigiu, conseqüentemente, um movimento renovado de diversificação e aprofundamento de parcerias que não tiveram destaque nos últimos governos, fato que fez com que o Brasil voltasse seu olhar para o Oriente Médio com uma renovada proximidade (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Casarões e Vigevani (2014) destacam dois níveis para a diversificação de parcerias com os países árabes durante o governo Lula, destacando: a) o lado (novamente) do pragmatismo, com diversos acordos de cooperação para suprir a demanda por tecnologia e compradores de *commodities*; e b) uma estratégia voltada para o nível ideacional, pela formulação de uma autonomia nas relações internacionais. A cooperação sul-sul se solidifica como o cerne nas relações internacionais no Brasil durante os anos Lula, esta que reverberou em uma tentativa de equilibrar os interesses tanto das causas árabes quanto israelenses.

Mediante esse objetivo, o governo Lula teve que trabalhar com três “círculos concêntricos” simultaneamente no Oriente Médio, sendo: a) Israel e a questão com os palestinos, b) as nações árabes de modo geral, e c) Irã e Turquia (países não árabes) (CASARÕES; VIGEVANI, 2014). As consequências de lidar com estas três esferas interrelacionadas são distintas, a depender não apenas do autor abordado, mas também do evento analisado.

Feldberg (2020), em contrapartida, possui uma visão distinta acerca das consequências dessa condução da política externa. Para o autor, o governo Lula foi uma grande mudança na política externa brasileira, principalmente no aumento a contestação da hegemonia dos EUA, e na escalada de discursos polêmicos do próprio presidente. Novamente, a chamada “diplomacia presidencial” é citada, porém entendida como a causadora da mudança de uma política externa anteriormente baseada no consenso, para posições ideológico-partidárias. A postura mais proativa do Brasil, tanto em temas quanto em conflitos internacionais do Oriente Médio, é entendida como um desvio da tradicional posição brasileira.

Segundo Oliveira e Santos (2020), a ambição de Lula de elevar o patamar do Brasil como um ator mediador das grandes questões no Oriente Médio não teve os resultados esperados. Isso se deu pela incapacidade do governo de manter uma imagem de imparcialidade para ambos os lados dos conflitos. Dito isso, estes autores assimilam que a postura internacional do Brasil foi falha, e as lições destes insucessos não foram aprendidas pelo governo seguinte.

Com isto em mente, muitas dessas críticas apontadas por Feldberg (2020) e Oliveira e Santos (2020) estão pautadas no engajamento talvez considerado inconsistente no Brasil principalmente nos órgãos da ONU, além de algumas tomadas de decisão que foram interpretadas como parciais. Essa parcialidade, então foi entendida como desagradável aos olhos do governo de Israel da época, o que causou desgastes.

Para apontar essa questão, é possível citarmos a participação do Brasil na questão que envolveu programa nuclear iraniano. A aproximação com o líder iraniano Mahmoud Ahmadinejad, e o presidente Lula, por exemplo, desagradou os interesses de segurança do Estado de Israel – fato que se agravou em 2010, quando o Brasil se coloca como um mediador internacional para a assinatura do Acordo de Teerã (CASARÕES, VIGEVANI, 2014; FELBERG, 2020).

Outro ponto que gerou instabilidade na relação durante o governo Lula fora um dos últimos mandatos diplomáticos do presidente, também em 2010. Nele, o Brasil anunciou o reconhecimento do Estado da Palestina nas fronteiras pré-1967, e, após essa decisão, dez outros países da América Latina fizeram o mesmo (VIGEVANI, CALANDRIN, 2017). Com isso, foi

reforçado o papel influente do Brasil em ditar o posicionamento de seus aliados no continente, liderando uma tendência mais categórica de apoio a causa palestina (CASARÕES; FELBERG, 2021).

Apesar da inclusão de alguns momentos de instabilidade, os autores também deixam claro que as relações comerciais entre Brasil e Israel durante os anos Lula não sofreram esse mesmo impacto que nas relações diplomáticas. Em comparação de 2003 e 2010, as exportações⁸ do Brasil para Israel tiveram um aumento de 181%, recuando da crescente apenas na passagem de 2008-9 (devido as consequências da crise de 2008) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2022; VIGEVANI, CALANDRIN, 2019).

Por fim, no âmbito da retórica diplomática, é de se destacar que, apesar das polêmicas envolvidas em certos discursos, o repertório das tradições diplomáticas na posição brasileira na questão Israel-Palestina foi novamente reiterada, como podemos exemplificar neste trecho de um discurso do Presidente:

“(…) A comunidade internacional como um todo tem obrigação de trabalhar com as partes envolvidas, com vistas a assegurar que o caminho do diálogo, não o da confrontação, seja seguido (…) O Brasil deseja ampliar sua contribuição para a paz no Oriente Médio” (DE ITAMARATY, 2007)

O engajamento de diversificação de parcerias do governo brasileiro, como apontado por Casarões e Vigevani (2014) que sintetiza boa parte das iniciativas adotadas durante o governo Lula, nos ajuda a compreender a interação entre as diretrizes de política externa e os posicionamentos de eventos específicos. Apesar do estranhamento com Israel ao se alinhar com países historicamente inimigos do Estado judeu, e aumentar o tom das críticas, as diretrizes do governo Lula foram pautadas necessariamente em uma busca de prestígio internacional que passavam pelo aprofundamento das relações com os países periféricos. Essa missão de fortalecer o perfil pacificador e de prestígio do Brasil, em boa medida, trouxe fragilidades categóricas nas relações diplomáticas Brasil-Israel – as quais, nos anos seguintes, escalonaram para eventos ainda mais problemáticos. A diferença na interpretação dos autores sobre o governo Lula está, fundamentalmente, em entender se houve um respeito às tradições diplomáticas do Brasil.

No governo Dilma, como identificaremos nas sessões seguintes, boa parte das diretrizes de política externa do governo Lula se mantiveram, mas agora o país teve que lidar com novos eventos externos e internos a relação bilateral que, conseqüentemente, desestabilizaram a busca pelo equilíbrio de interesse.

⁸ Modelo FOB no padrão dólar (US\$)

2.2 Relação Brasil-Israel no governo Dilma (2011-2016)

Após a compreensão inicial do caminho trilhado pelo Brasil na relação com Israel até o governo Lula, por meio da bibliografia foi possível observar os pontos altos e baixos da relação. Ao focarmos na perspectiva brasileira, boa parte dos autores selecionados escolhem abordar com mais detalhes o engajamento diplomático do Brasil na ONU para qualificar a condução da relação com Israel. Essa escolha pode ser justificada pelo fato de boa parte das decisões acerca do conflito israelo-palestino terem uma participação fulcral da organização. Além disso, também pudemos observar as influências das diretrizes gerais da política externa na postura do Brasil para o Oriente Médio como um todo, e como houve uma demora, nas primeiras décadas da relação, para que o país realmente estabelecesse diretrizes específicas para sua política na região.

Para sintetizar as contribuições de alguns autores sobre as relações Brasil-Israel durante os dois governos que serão foco nos capítulos seguintes deste trabalho, teremos como objetivo específico identificar – além da diretriz geral de política externa – quais foram os principais eventos externos que influenciaram nos posicionamentos brasileiros. A partir da listagem de acontecimentos, será possível estabelecer uma seleção mais acurada dos discursos a serem transcritos e descritos em nosso mapeamento no capítulo seguinte.

Segundo Vigevani e Calandrin (2019), o início do governo Dilma (2011-2016) na relação com o Oriente Médio foi pautado essencialmente por uma continuidade dos aspectos do governo Lula; principalmente no apoio às negociações de paz no conflito israelo-palestino. Isso fica claro, evidentemente, com os primeiros discursos da presidente Dilma nas sessões de abertura da AGNU – os quais sempre abordaram de alguma forma o conflito em questão. Ademais, também nestes pronunciamentos, a Presidente reforçou à defesa da autodeterminação do povo palestino, por meio do apoio brasileiro à construção de um Estado independente. Apesar de uma relativa continuidade no âmbito da retórica de política externa, os autores argumentam que o governo Dilma foi bem menos participativo no engajamento prático na política externa em comparação ao governo Lula – fato que ficou evidente com o enfraquecimento da diplomacia presidencial.

Cornetet (2014), ao comparar os governos Lula e Dilma por meio de elementos de mudança em política externa de Hermann (1990), fundamentou um processo de contenção do engajamento brasileiro, muito devido à uma série de indicadores. Dentre eles, destaque-se a diminuição de iniciativas de política externa no governo Dilma – na diminuição de viagens

internacionais da Presidente e queda na formação de diplomatas. Segundo Casarões (2014), essa redução do ativismo internacional brasileiro esteve impactada pela redução do crescimento econômico do país observado nos anos anteriores, trazendo a atenção do executivo para solucionar suas questões internas.

Como indicadores de continuidade, em contrapartida, Cornetet (2014) aponta para a manutenção de muitos nomes na pasta do Itamaraty na transição dos governos, como o próprio chanceler do governo Dilma, Antônio Patriota, que assumia anteriormente um posto relevante no governo Lula. Ademais, não houve muitas demandas burocráticas internas no corpo do Itamaraty que justificassem grandes transformações naquele momento.

Casarões (2014), ao abordar sobre os primeiros dois anos do governo Dilma, argumenta para uma tentativa de ajustar a condução da relação com Israel – a qual ficou problemática no último ano do governo Lula. Dito isso, ao invés de engajar-se em debate diretos com representantes israelenses, o Brasil buscou priorizar suas posições sobre temas do Oriente Médio em fóruns multilaterais e comunicados conjuntos – a fim de evitar maiores desgastes. Na repercussão da Operação Pilar Defensivo, ao final de 2012, o governo brasileiro evitou essa estratégia de não adentrar diretamente na questão.

O anúncio dessa nova investida israelense na Faixa de Gaza, fez com que o governo brasileiro se posicionasse para condenar o uso desproporcional da força por parte de Israel. As informações reunidas dos posicionamentos daquele ano nos ajudam a compreender como as críticas do governo brasileiro se deram, especialmente pautadas em demandar um novo bloqueio a Gaza, interrompendo as hostilidades, condenar os assentamentos israelenses; e o demandar a criação de um Estado palestino como um caminho para o fim da violência (CASARÕES, 2014). Também ao final daquele mesmo ano, a Autoridade Palestina foi aprovada em votação na Assembleia Geral como membro observador, com o apoio do Brasil (VALOR, 2012).

Outro ponto a ser mencionado foi que, durante as hostilidades em Gaza e as negociações para um cessar fogo, o governo brasileiro não mencionou em nenhum de seus comunicados a atuação do grupo Hamas na eclosão do conflito. Dessa forma, houve preocupações por parte dos embaixadores de Israel quanto as declarações dadas pelo Brasil ao direcionar a condenação da violência para apenas um dos lados (CASARÕES, 2014).

Em 2014, talvez a bibliografia indique um primeiro momento de real crise diplomática entre Brasil e Israel, ocasionada pelas declarações brasileiras acerca, novamente, de uma nova investida israelense em Gaza; a Operação Margem Protetora. O início das hostilidades, que se iniciaram em 8 de julho, tratava de uma resposta ao lançamento de foguetes de grupos palestinos

contra regiões civis em Israel, além de ser uma consequência do aumento de tensões que ocorreram nos meses anteriores (CASARÕES, 2014). Durante os conflitos que se deram entre julho e agosto, o governo brasileiro subiu o tom das críticas ao Estado de Israel, sob os mesmos termos de condenar o uso desproporcional da força e retrocessos ao processo de paz. Em 23 de julho, em nota do Itamaraty, o governo Dilma chamou o embaixador brasileiro em Israel, Henrique Sardinha, de volta para o Brasil para consultas. Tratou-se, na linguagem diplomática, de uma demonstração clara de insatisfação ao comportamento do Estado de Israel naquele cenário de hostilidades, e que foi vista como um insulto para o Estado judeu (VIGEVANI, CALANDRIN, 2019).

Mediante as respostas insatisfeitas de representantes do Estado de Israel, que apontavam que a posição brasileira não contribuiria para a resolução dos problemas, um discurso se destacou e teve grande repercussão na mídia brasileira e internacional. O porta-voz da chancelaria israelense, Yigal Palmor, ao reagir a conduta brasileira naquela questão, declarou que a decisão brasileira “era uma demonstração lamentável de como o Brasil, um gigante econômico e cultural, continua a ser um anão diplomático”, além de apontar que as medidas do país “fornecem suporte ao terrorismo e, naturalmente, afetam a capacidade do Brasil de exercer influência” (G1, 2014).

A reação na imprensa, e no próprio governo brasileiro, foi imediata – minando não apenas a relação entre os países, mas a imagem de um Brasil que buscava mediação e equilíbrio entre as partes do conflito. Para Casarões (2014), a inexistência de qualquer citação direta ao grupo Hamas na condenação aos ataques a civis israelenses, não apenas naquele ano, mas em outras ocasiões, fora um indicador que incentivou a insatisfação do governo de Israel.

Segundo Vigevani e Calandrin (2019), na perspectiva do governo brasileiro, as críticas estavam pautadas no desrespeito de Israel às leis internacionais – principalmente devido a expansão dos assentamentos na Cisjordânia e no uso excessivo da força nas hostilidades na Faixa de Gaza. Pelo lado do governo de Israel, o Brasil era visto como um país pró-árabe e pro-palestina, e que estava equivocado ao se postar como um ator capaz de mediar a resolver os conflitos no Oriente Médio. Com isso em mente, os autores comentam que essa posição brasileira aumentou a oposição do governo Dilma principalmente dos evangélicos, tanto de líderes religiosos quanto de políticos no âmbito federal.

Segundo Casarões e Sochaczewski (2020), para que o governo Dilma pudesse continuar a colocar-se como um ator relevante no Oriente Médio havia a necessidade de manter a retórica do país como uma potência emergente. No entanto, com a diminuição da taxa de crescimento, principalmente a partir de 2013, que avançou para um processo de recessão econômica aliada

a crise política com grandes escândalos de corrupção, a imagem do Brasil foi terrivelmente comprometida interna e externamente.

Entre o final de 2015 e o início de 2016, o Brasil estava passando por pelo auge da crise política que levaria a abertura do processo de *impeachment* da Presidente Dilma, e neste contexto deu-se início a uma segunda crise diplomática entre Brasil e Israel. Em novembro de 2015, em anúncio feito nas redes sociais, o então primeiro-ministro de Israel – Benjamin Netanyahu – anunciava a indicação de um novo embaixador no Brasil, o sr. Dani Dayan. A reação negativa do governo brasileiro foi imediata, pelo fato do novo representante em questão ser um membro do Conselho Yesha – que representa os grupos a favor dos assentamentos nos territórios da Cisjordânia. Dessa forma, por uma questão de princípios alinhados a tradição diplomática brasileira de discordar da ampliação dos assentamentos, o governo Dilma travou relutância de meses para não aceitar a indicação do novo embaixador (VIGEVANI, CALANDRIN, 2019).

Por um lado, vários embaixadores brasileiros declararam apoio a decisão brasileira de não aceitar o embaixador, baseado principalmente na maneira informal e não diplomática do anúncio de Dani Dayan ao posto em Brasília. No entanto, essa nova crise com Israel trouxe consequências para o debate interno sobre política externa – com vários líderes do Congresso Nacional e da sociedade civil declarando apoio a nomeação do embaixador e apontando a postura brasileira como um destrato para com Israel. Vários deputados, que apoiavam o governo anteriormente, se engajaram durante esse período para reverberar as críticas contrárias ao governo Dilma (CASARÕES; SOCHACZEWSKI, 2020; FELDBERG, CASARÕES, 2021).

Vários autores, ao tratarem sobre a perda de popularidade de Dilma na gestão da política exterior em 2015 e 2016, enfatizam o papel da comunidade evangélica no aumento das críticas principalmente nestas crises diplomáticas. Ademais, também elaboram a hipótese sobre a estratégia do próprio primeiro-ministro Netanyahu em engajar as populações evangélicas pelo mundo, a fim de favorecer uma imagem mais positiva de Israel nas Américas (CASARÕES, SOCHACZEWSKI, 2020; FELDBERG, CASARÕES, 2021).

A fim de síntese, podemos observar que os principais eventos centrais para a relação Brasil-Israel, os quais serão úteis para o direcionamento de nossa análise descritiva, são os seguintes: I) A repercussão da Operação pilar defensivo, ao final de 2012, causando o primeiro estranhamento da relação no governo Dilma; II) as reações à retirada do embaixador brasileiro após o início dos conflitos em 2014, na Operação Margem Protetora; e III) A crise diplomática pela nomeação do embaixador Dani Dayan ao posto brasileiro em 2015-6.

2.3 Relação Brasil e Israel no governo Temer (2016-2018)

Antes mesmo da iminente aprovação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, o vice-presidente da República Michel Temer já demonstrava insatisfações com a condução do governo. Em carta para a Presidente, que foi amplamente divulgada na imprensa da época, Temer declarou que a então chefe do executivo não tinha confiança nele, nem em seu partido, o PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro). Ademais, durante o primeiro mandato da chapa, Michel Temer se sentia como um “vice decorativo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015). Há alguns meses antes da votação na Câmara para a cassação do mandato de Dilma, em março de 2016, o mesmo PMDB do vice-presidente anunciava a saída da base do governo, já indicando a necessidade de buscar alianças e construir um projeto distinto de governo (PASSARINHO; CALGARO, 2016).

Ao procurar na literatura brasileira autores que discutam sobre as mudanças na política externa após o *impeachment* de Dilma, torna-se necessário abordarmos a discussão levantada por Vigevani e Calandrin (2019), a qual aborda exatamente a política externa para a temática do conflito israelo-palestino na transição dos dois governos. Ao utilizarem o modelo de mudança de Hermann (1990), que dá suporte à área de Análise de Política Externa (APE), os autores esclarecem uma série de fatores internos e externos que corroboram para a comprovação da seguinte hipótese: após a transição de governo, o Brasil continuou a seguir aspectos estruturais de longo prazo em política externa para o Oriente Médio, restringindo-se a apenas leves ajustes de agenda. A fim de apresentar os elementos da relação Brasil e Israel no governo Temer, essa produção será de grande auxílio juntamente com outras fontes primárias.

Nos primeiros meses do novo governo, o senador José Serra – escolhido para ser o novo Ministro das Relações Exteriores – apontou a ambição de realizar mudanças na política externa. Considerado um crítico da gestão petista, Serra prometeu um distanciamento da abordagem terceiro-mundista, incluindo uma postura menos crítica ao Estado de Israel. Os primeiros indícios desta oportunidade foi o anúncio de que o Brasil iria mudar seu voto em uma resolução da UNESCO sobre herança cultural dos territórios de Jerusalém Oriental – um ponto delicado justamente por tocar no patrimônio cultural e religioso tanto de israelenses quanto palestinos (VIGEVANI; CALANDRIN, 2019). Outro ponto de potencial mudança foi ainda em 2016, quando Serra visitou Israel para o funeral do ex-presidente israelense Shimon Peres e não incluiu na sua agenda a visita de países árabes (CASARÕES, FELDBERG, 2021).

Casarões e Feldberg (2021), ao descreverem os principais acontecimentos da política externa do governo Temer, apontam para a divergência de interesses entre o chanceler José

Serra e o presidente. Para os autores, Michel Temer valorizava a posição estratégica do Brasil em relação aos países árabes – principalmente na manutenção das trocas econômicas – e não via como vantajosa a mudança de posições diplomáticas do Brasil sobre a questão. O governo priorizou o comércio e os investimentos⁹ externos como meio para a superação da crise econômica brasileira; dessa forma, minar a relação com as nações árabes iria contra esse objetivo econômico. Como apontado por Vigevani e Calandrin (2019), apesar da identificação de um potencial cenário para mudanças na política externa brasileira, Temer garantiu que os temas internacionais sobre questões do Oriente Médio fossem tratados sob as mesmas diretrizes diplomáticas longamente ditadas pelo Itamaraty. No entanto, no que tange a relação com Israel, a manutenção destes elementos desencadeou em desavenças com a opinião pública interna, principalmente as comunidades evangélicas que demandavam por uma maior simpatia ao Estado judeu.

Os indicadores para a não ocorrência de mudanças estruturais na orientação internacional do Brasil para Israel, além do próprio papel do presidente como acabamos de comentar, são variados. A instabilidade econômica do Brasil, agravada após o anúncio de escândalos de corrupção dentro do governo Temer, tornaram-se prioridade para a gestão do governo – fato que corroborou que os assuntos internos tomassem mais espaço que os internacionais. Outro elemento, aliado a perda de apoio político, foi a troca de cargo no Itamaraty, com a posse de Aluysio Nunes como o novo ministro ao lugar de Serra.

Segundo Casarões e Sochaczeiski (2022), o perfil do novo ministro foi marcado por uma adoção mais alinhada com as pretensões do presidente Temer, ao adotar discursos voltado ao pragmatismo e a priorização da questão comercial. Essa perspectiva menos ambiciosa foi fundamentada, principalmente, em março de 2017, quando houve outra votação na UNESCO relacionada a questões de heranças culturais dos territórios de Jerusalém, a qual o Brasil manteve seu posicionamento favorável.

Além da repercussão acerca do patrimônio histórico de Jerusalém, em dezembro de 2017, o Estado de Israel ganhou a atenção da opinião pública com outra temática. Naquela ocasião, o novo presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou que moveria a embaixada do país em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém – um movimento de reconhecer a cidade sagrada como a capital única do Estado judeu. Este anúncio causou reverberação internacional, e o questionamento de quais países seguiriam a mesma decisão. Mediante a isto,

⁹ Casarões e Sochaczewski (2022) exemplificam essa prioridade para a pauta do comércio internacional ao apresentar a decisão do governo Temer de trazer a Câmara de Comércio Internacional do Brasil, anteriormente estrutura do Ministério das Finanças, para a estrutura organizacional da Presidência.

houve pressão por parte de líderes religiosos no Brasil para que o país fizesse o mesmo que os EUA, e reconhecesse Jerusalém como uma capital única e indivisível (CASARÕES E FELDBRG, 2021).

Na prática, o Brasil recusou essa oportunidade de mudança e manteve sua posição histórica. De acordo com o posicionamento oficial, anunciado tanto pelo Itamaraty quanto pelo próprio Aluysio Nunes em pronunciamentos, o status de Jerusalém deveria ser decidido em negociações nas Nações Unidas, as quais deveriam estar alinhadas a paz para palestinos e israelenses com a aplicação da solução de dois Estados. Dessa forma, novamente o governo foi criticado por apoiadores da decisão do presidente norte-americano, fato que corrobora para a clara manutenção do posicionamento tradicional de política externa longamente reproduzido pelos governos anteriores (CASARÕES E FELDBRG, 2021).

Ao analisar a condução do tema Israel e Palestina em ambos os governos, Vigevani e Calandrin (2019) argumentam que as mudanças do governo Temer ficaram restritas a pequenos ajustes, e houve uma relativa continuidade de ações diplomáticas. Dito isso, os autores elaboram quatro condições que auxiliam a explicar a condução da política externa brasileira para o Oriente Médio: i) Participação internacional e interesses globais; ii) Interesses econômicos diversificados; iii) Equilíbrio interno político, social e cultural; iv) Tradição e memória da política externa. A fim de aprofundar as pesquisas acerca deste recorte histórico, no capítulo seguinte propomos adentrar justamente no ponto iii, acerca de como o apoio e oposição a condução de política exterior foi realizada no legislativo brasileiro.

Por fim, podemos identificar com a leitura da bibliografia dois principais eventos que envolveram a relação Brasil-Israel durante os anos do governo Temer: a) A repercussão do voto ainda favorável do Brasil na UNESCO à Resolução acerca do patrimônio cultural de Jerusalém, em 2016; e b) A repercussão da troca da embaixada dos EUA em Israel após a eleição de Donald Trump, o qual desencadeou em repercussões externas em 2017 e em 2018.

3. MAPEAMENTO DOS PRONUNCIAMENTOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO DURANTE O GOVERNO DILMA (2011-2016) SOBRE ISRAEL

Como pudemos identificar na revisão bibliográfica, a relação Brasil e Israel herdada dos anos Lula foi determinante para a continuidade de certos aspectos e ajustes da política externa brasileira. Neste ponto, os estranhamentos desencadeados pelas ações entendidas como viesadas do Brasil não foram bem resolvidos com o passar dos anos, sendo agravados com o decorrer dos novos eventos. Apesar das distintas visões sobre o cunho ideológico ou não da política externa do governo Lula, a bibliografia destaca o enfraquecimento do modelo de política externa dos governos petistas, o qual sofreria mais críticas internas no decorrer do mandato de Dilma Rousseff. No governo Temer, entendemos que houve uma janela de oportunidade (DOESER, EIDENFALK, 2013) para transformações no modo de conduzir a política externa do Oriente Médio, mas que não fora aproveitada devido a indicadores variados.

A partir desta seção do trabalho, pretendemos expandir o tema das relações Brasil e Israel para além da história diplomática ao escolher a retórica dos pronunciamentos do poder legislativo e do executivo como objeto de pesquisa. Para trabalhar com este material, realizaremos dois breves mapeamentos descritivos: uma análise dos pronunciamentos do poder executivo, e posteriormente do poder legislativo. Este presente capítulo será dedicado ao recorte histórico do governo Dilma, e o seguinte ao governo de Michel Temer.

Almejamos, com a leitura e compreensão dos discursos do executivo, encontrar nos pronunciamentos os elementos retóricos de política externa analisados pela bibliografia¹⁰. Já na seção sobre o comportamento dos deputados federais, nossa ênfase será em traçar o trajeto do alinhamento retórico¹¹ entre os dois poderes em temáticas que envolveram Israel, com o objetivo de assinalar o aumento de críticas internas que a bibliografia descreve.

Portanto, antes do início da apresentação dos dados propriamente, destacaremos uma breve descrição da construção da pesquisa empírica, que valerá tanto para o governo Dilma quanto para o governo Temer.

¹⁰ Boa parte dos autores analisados no Capítulo 1 utilizam-se de trechos de notas e discursos para comprovar suas análises, mas estes materiais não estão no centro de suas respectivas pesquisas.

¹¹ Para avaliar o alinhamento/governismo do poder legislativo, existem análises de dados que cruzam o voto dos deputados com a orientação do governo em todas as votações na Câmara, como é feito pelo Radar da Câmara (UOL, 2022).

3.1 Construção do banco de dados

Os discursos, notas oficiais, comunicados conjuntos e entrevistas de representantes do Governo Federal – nossa primeira fonte primária de pesquisa, disponível na “Revista de Política Exterior do Brasil” – passaram primeiramente por uma pré-análise, perpassando por um processo de triagem. Nesta primeira fase, foram selecionados todos os pronunciamentos que continham o termo “Israel” em seu conteúdo, pesquisados por uma simples filtragem de palavra-chave. Após a seleção destes conteúdos, selecionamos os trechos que continham alguma sentença clara a parcerias ou opinião sobre as ações tomadas pelo Estado de Israel em diferentes temas.

Em uma segunda fase, foi dada a prioridade para a classificação dos temas de cada trecho de discurso, a qual foi feita sob a seguinte sequência de filtros: “Título¹²”; “Autor”; “Data”; e “Temática”; “Edição da resenha”; e “Página”.

Na classificação “Autor”, quando se trata de um discurso ou entrevista, foi colocado o nome do referido discursante. No caso de notas do MRE, o próprio Itamaraty foi classificado com o autor. E, no caso de comunicados conjuntos com a assinatura do representante do governo brasileiro, o mesmo foi creditado como o autor – no caso da ausência de um registro de autoria, o comunicado foi creditado para os países, organização ou fórum responsável por seu conteúdo. (“Mercosul”, “Ibas”, “Brasil e Reino Unido”, por exemplo). Exemplo: Em comunicado do Mercosul sobre a situação no Oriente Médio, em que não há registro da assinatura da presidente Dilma ou qualquer representante diplomático, a cédula “autor” será preenchida com o nome “Mercosul”.

No caso da classificação “Temática”, a escolha do tema do pronunciamento foi feita por meio da leitura de seu conteúdo, sob o auxílio de sub-palavras-chave para a associação do tema. Exemplo: Se o tema do trecho for um pronunciamento sobre o “Processo de Paz” entre Israel e Palestina, buscou-se por palavras-chave secundárias que auxiliariam nesta busca, como “solução de dois estados”, “negociação”.

Essa segunda parte da reunião dos dados é uma versão simplificada da metodologia utilizada por Bardin (2011), para a análise de conteúdo de discurso político. A escolha por uma pré-análise e filtragem mais simples que a proposta pelo autor em questão se deu, principalmente, pela ausência de ferramentas de softwares – essenciais para esse tipo de metodologia.

¹² O título do documento é a transição no que está contido no Relatório do Itamaraty. Exemplo: Declaração sobre os conflitos em Gaza.

Tabela 1 - Exemplo do banco de dados sobre a classificação nos pronunciamentos do Poder Executivo

TÍTULO	AUTOR	DATA	TEMÁTICA	EDIÇÃO DA RESENHA	PÁGINA
SITUAÇÃO NA PALESTINA E EM ISRAEL	Itamaraty (Nota)	09/10/2015	Conflitos entre Israel e Palestina	2015b	238

Fonte: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2015b). Elaboração própria

Com todos os dados organizados em formato de tabela, finalizou-se a construção do banco de dados para o poder executivo. Para o governo Dilma, foram reunidos dados do início de 2011 até a data de 12 de maio de 2016, dia em que foi aprovado o *impeachment* na Câmara dos Deputados e o vice-presidente Michel Temer assume o cargo do Chefe de Executivo. (VIGEVANI; CALANDRIN, 2019). Para a construção de dados do governo Temer, reunimos pronunciamentos a partir desta data até o fim do mandato, ao final de 2018 (para ver o banco de dados completo, ver Anexo I).

Para a construção de dados do poder legislativo, o método de seleção foi feito de maneira similar, apenas com leves adaptações. Os pronunciamentos dos deputados federais estão disponíveis no site do Congresso Nacional em “Discursos e Notas Taquigráficas”, o qual já possui uma ferramenta de fácil busca por palavras-chave e período. Dito isso, o processo de triagem foi facilmente realizado pelo uso da mesma palavra-chave “Israel”. Em um segundo momento, foi realizada a leitura para a seleção de trechos que contivessem alguma sentença que abordasse: i) Uma posição sobre algum tema que envolvesse alguma parceria ou ação realizada pelo Estado de Israel; ou ii) Uma posição sobre a forma que poder executivo estava conduzindo a relação com o Estado de Israel.

Nesta parte, é necessário observar alguns pontos. Em alguns pronunciamentos dos deputados federais, como o exemplo dado abaixo, houve citações recorrentes do Estado de

Israel para abordar problemas e questões nacionais – como, por exemplo, uma comparação de mortes no Brasil e nos conflitos do Oriente Médio, ou mesmo uma referência a técnicas de irrigação de Israel no enfrentamento à seca. Neste caso, foi entendido que o tema destes discursos são sobre a política local brasileira, e não algo relacionado à política externa para Israel, e foram devidamente desconsiderados do levantamento. A citação de Israel em discursos de cunho religioso passou pelo mesmo processo de exclusão do banco de dados.

O jornal *O Globo* liberou uma matéria, nesta semana, baseada no *Mapa da Violência* no Brasil: nos últimos 30 anos, 1 milhão e 100 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. **No conflito entre Palestina e Israel, em 53 anos, morreram aproximadamente 50 mil pessoas;** no conflito entre Estados Unidos e Iraque, em 9 anos, morreram 109 mil pessoas. No Brasil, em 30 anos, 1 milhão e 100 mil pessoas foram assassinadas. Fora a violência no trânsito, sobre a qual já falamos diversas vezes. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2014, grifo nosso)

Na segunda fase, foi feita a classificação dos dados relevantes em planilhas, por meio da seguinte filtragem: “Autor”; “Partido”; “Data”; “Temática”; “Publicação”; “Alinhado com o governo?”.

O filtro “partido” será útil quantitativamente para apresentar os perfis dos deputados que mais se engajavam em falar sobre o Estado de Israel na tribuna com o passar dos anos, da mesma forma como identificar seu perfil como parte da oposição ou integrante do governo.

A última classificação na filtragem é suma importância para o desenho desta pesquisa, na qual foi feita a seguinte pergunta: “O pronunciamento está alinhado com a forma que o governo conduziu a relação com o Estado de Israel?” – as respostas desta variável independente foram simplificadas a marcações de “SIM” e “NÃO”. Será por meio delas que, na apresentação da análise dos dados, que será possível quantificar em porcentagem o nível de alinhamento entre os dois poderes ao longo de cada ano de mandato – elemento que caracterizará as considerações sobre o impacto da mudança de governo na retórica interna e externa da política externa brasileira para o Estado de Israel (para ver banco de dados completo, ver Anexo II)

3.2 Mapeamento do poder executivo no governo Dilma

Após o andamento das duas fases do mapeamento, foram coletados para o banco de dados um total de 79 trechos de pronunciamentos do governo Dilma acerca de temas que envolveram o Estado de Israel, sendo: 32 discursos e entrevistas concedidas por representantes do governo; 19 notas emitidas pelo Itamaraty; e 28 comunicados conjuntos com blocos econômicos, fóruns multilaterais ou representantes estrangeiros. Com a leitura de todos os pronunciamentos após a filtragem inicial, foi possível classificá-los por seis temas principais.

Tabela 2 – As palavras-chave escolhidas para a categorização dos temas dos pronunciamentos do poder executivo do governo Dilma

TEMA	SUB-PALAVRA-CHAVE
Processo de Paz	Solução de dois Estados, Estado palestino; autodeterminação; negociações
Assentamentos na Cisjordânia	Territórios ocupados; Assentamentos; Jerusalém Oriental;
Status da Palestina na ONU	Membro; observador; ONU;
Conflitos entre Israel e Palestina	Hostilidades; Situação em Gaza; violência;
Relações com o Irã	Direitos Humanos; multilateralismo; autoritarismo; terrorismo
Homenagem	Condolências; lembrança; memória; celebrar
Caso do brasileiro Islam Hamed	Repatriação; prisão; cidadão brasileiro
Votação da UNESCO	UNESCO; patrimônio cultural; santuário

Fonte: Elaboração própria

A frequência de cada temática escolhida nos mostra uma predominância muito clara do processo de paz do conflito israelo-palestino nos discursos do governo Dilma. No total, 52 pronunciamentos foram a respeito deste tema, correspondendo a 65,8% do total; seguido por comentários de “conflitos entre Israel e Palestina” (17%); e do “status da Palestina na ONU” (14,8%).

Em 2011, é de se destacar a postura brasileira muito similar ao que foi desenvolvido na política externa do governo Lula, principalmente relativo ao conflito israelo-palestino e as iniciativas de paz. Os assentamentos de Israel no território da Cisjordânia, amplamente criticados pela comunidade internacional, foi o tema de um dos primeiros discursos da embaixadora Maria Luiza Viotti, representante do Brasil na ONU.

A solução pacífica da Questão da Palestina é possivelmente o objetivo mais importante para a paz e a estabilidade no mundo. Por sua vez, a continuada expansão dos assentamentos israelenses nos Territórios Palestinos Ocupados tornou-se o obstáculo mais grave a progressos concretos nas negociações para uma solução justa e duradoura da questão. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011a, p. 112)

Desde o primeiro discurso de Dilma na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2012, foi observado uma segunda retórica recorrentemente abordada no passado, a defesa da causa palestina pela criação de um Estado independente:

Senhor Presidente, Ainda com os olhos postos no Oriente Médio, onde residem alguns dos mais importantes desafios à paz e à segurança internacional, quero deter-me mais uma vez na questão israelo-palestina. Reitero minha fala de 2011, quando expressei o apoio do governo brasileiro ao reconhecimento do Estado Palestino como membro pleno das Nações Unidas. Acrescentei, e repito agora, que apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política regional. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012b, p. 46)

O chanceler brasileiro do governo, o Embaixador Antônio Patriota, enfatizou em várias entrevistas no início do governo a incapacidade das grandes potências de não resolverem os impasses nas negociações entre israelenses e palestinos:

(...) Desde a criação do Estado de Israel existe a proposta de dois Estados lado a lado em segurança. O próprio mandato das Nações Unidas não terá sido cumprido integralmente até que seja criado um Estado palestino. Essa questão adquiriu relevância porque há uma frustração enorme com a inoperância da metodologia atual, por exemplo o Quarteto (EUA, Rússia, União Europeia e o secretário-geral da ONU), que ficou incumbido de promover negociações. (...) O Conselho de Segurança tem sido capaz de tratar, com alguma capacidade operacional, de questões como Haiti, Timor Leste. Vamos e venhamos, o Conselho de Segurança foi criado para cuidar dos maiores desafios à paz e à segurança internacional. Qual será o maior desafio hoje em dia? É possível dizer que é a questão Israel-Palestina. Então por que o Conselho de Segurança se omitiria nesse caso? (...) Nessa reflexão o Brasil não está numa posição singular. Talvez três quartos dos membros da ONU compartilhem posições muito semelhantes. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011b, p. 245)

Em um discurso no lançamento do Plano de Relações Internacionais do Estado de São Paulo, o assunto também foi um ponto de pauta: “A harmonia entre as comunidades judaica e de origem árabe em São Paulo nos impele a crer na possibilidade de paz entre israelenses e palestinos. (...) Os mecanismos existentes, como o Quarteto, não têm produzido resultados” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012b, p. 39)

Em dezembro de 2012, já na repercussão da operação terrestre em Gaza – nosso primeiro evento destacado para as relações bilaterais – pudemos identificar a primeira reação brasileira por meio de um comunicado conjunto ao Mercosul, em 17 de novembro de 2012:

Os Chefes e as Chefes de Estado do Mercosul expressam sua mais firme condenação em vista da violência que se desenvolve entre Israel e Palestina e que se vem intensificando no transcurso das últimas horas. Lamentam profundamente a perda de vidas humanas e manifestam sua preocupação com o uso desproporcional da força. Ante esta grave situação, os Chefes e as Chefes de Estado do Mercosul instam as partes a uma cessação imediata da violência e conclamam ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a assumir plenamente suas responsabilidades. Da mesma forma, expressam seu **apoio à solicitação do Estado da Palestina de adquirir status de**

Membro Observador da Organização das Nações Unidas. Envia uma mensagem clara e sincera a Palestina e Israel de que o caminho para a superação da presente crise passa pela diplomacia e pelo diálogo (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012b, p. 212, grifo nosso)

Em 14 dezembro, essa crítica foi retomada por outra nota conjunta da Presidente Dilma juntamente com o Presidente da Rússia, Vladimir Putin. Nela, os presidentes reiteraram a condenação “tanto dos disparos (...) contra o território israelense, como a resposta desproporcional a tais ações por parte de Israel (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012b; p. 331). Apesar de se tratar de uma nota conjunta, pudemos observar a condenação dos ataques contra Israel, mas, sem menção direta de responsabilidades da organização Hamas.

Após o apaziguamento dos embates em dezembro, houve um retorno ao debate sobre a concessão de status de membro observador para a AP na ONU, e a representação do Brasil realizou o seguinte pronunciamento, em 30 de novembro:

(...) A recente escalada de violência em Gaza é mais uma advertência dos altos custos humanos e políticos da paralisação do processo de paz. O Brasil rejeita firmemente o extremismo e todas as formas de violência contra a população civil. Exortamos todos os atores a comprometer-se completamente com a não-violência, com o diálogo e com negociações efetivas. **Recordamos que todas as partes no conflito têm obrigações sob o direito humanitário internacional e devem cumpri-las.** Insistimos, igualmente, na necessidade de retirar o bloqueio à Gaza. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012b, p. 263, grifo nosso)

No ano seguinte, após o fim das hostilidades, a Presidente Dilma comentou sobre o conflito em seu discurso inaugural na ONU, e podemos observar o destaque aos meios multilaterais de negociação, e o apoio brasileiro a entrada da Palestina como membro na organização:

Por essa razão também nos preocupam situações de conflito no mundo inteiro, (...) o conflito israelo-palestino e a nossa preocupação sempre em defender os mecanismos de diálogo e de paz para a garantia não só dos direitos humanos naqueles países como também do respeito à sua independência. E isso nos leva a uma clara defesa do multilateralismo, do multilateralismo como condição de afirmação da personalidade própria de todos os povos e, também, do Brasil. **Multilateralismo como único instrumento capaz de resolver graves contenciosos mundiais**, em clima de respeito mútuo e sem imposições unilaterais. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013a, p. 73, grifo nosso)

Ao chegarmos em 2014, o ano central para o início das crises na relação com Israel, identificamos que, desde a eleição de Dilma em 2011, pouco foi alterado no nível da retórica. A repetição do apoio à solução de dois Estados é um indicativo importante, seguido também pela defesa da autodeterminação do povo palestino e da entrada da representação do país como

um Estado observador nas Nações Unidas. Acerca do lugar do Brasil no tema de Israel-Palestina, fica transcrito um trecho de um artigo escrito pelo próprio chanceler Antônio Patriota:

No ano passado, por exemplo, eu organizei um seminário que reuniu representantes da diáspora judaica e da diáspora de origem árabe e palestina num exercício de busca de convergência e de aproximação, para promover maior compreensão mútua. (...) É uma contribuição modesta, mas eu acho que reflete bem **essa vocação brasileira para o diálogo e para a harmonia entre os diferentes grupos**. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013a, pg. 361, grifo nosso)

Similarmente ao que foi analisado durante o governo Lula, ainda existia por parte de Patriota a possibilidade da manutenção da imagem brasileira como um pilar na mediação no Oriente Médio. Em 2014, em declaração na audiência pública do Senado, o novo chanceler Luiz Figueiredo caminhou para essa mesma percepção:

Também quero estimular, V. Ex.^a mencionou que possa haver um melhor entendimento entre Israel e Palestina, pois avalio que **nós brasileiros**, até por darmos aqui exemplos de um melhor entendimento entre toda a comunidade judia, palestina e árabe, **nós temos tudo para colaborar para esse bom entendimento** e inclusive o reconhecimento, conforme salientou, dos dois Estados. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014, pg.42, grifo nosso)

No dia 1 de julho de 2014, em nota do Itamaraty, o governo brasileiro condenou “o sequestro (...) de três jovens israelenses desaparecidos”, declarando que o Brasil se solidariza e conclama para o respeito do Direito Internacional para evitar quaisquer escaladas de tensões. Novamente, foi enfatizado o apoio do Brasil para a “solução de dois Estados” (MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014; p. 81). Dois dias depois, o Itamaraty também condenou o “sequestro e assassinato de jovem palestino (...) em Jerusalém Oriental ocupada” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014; p. 82). Na mesma nota, foi reiterado o apoio brasileiro a retomada das negociações para a solução de dois Estados.

Em 17 de julho, com o conhecimento do lançamento de foguetes em Gaza, o Itamaraty lança a seguinte nota sobre o conflito:

O Governo brasileiro tem acompanhado com profunda preocupação a escalada de violência entre Israel e Palestina e (...) condena veementemente os bombardeios israelenses a Gaza, com uso desproporcional da força, que resultaram em mais de 230 palestinos mortos, muitos deles civis desarmados e crianças. **Condena, igualmente, o lançamento de foguetes e morteiros de Gaza contra Israel**. (...) Reitera que **a solução de dois Estados**, Israel e Palestina, requer que as partes respeitem suas obrigações **nos termos do direito internacional** e retomem sem demora as negociações de paz para encerrar o conflito (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014, pg. 152, grifo nosso).

Seis dias depois, no dia 23 de julho, o governo anuncia a retirada do embaixador brasileiro em Tel-aviv para consultas:

O Governo brasileiro considera inaceitável a escalada da violência entre Israel e Palestina. Condenamos energicamente o uso desproporcional da força por Israel na Faixa de Gaza, do qual resultou elevado número de vítimas civis, incluindo mulheres e crianças. O Governo brasileiro reitera seu chamado a um imediato cessar-fogo entre as partes. Diante da gravidade da situação, o Governo brasileiro votou favoravelmente a resolução do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre o tema, adotada no dia de hoje. Além disso, **o Embaixador do Brasil em Tel Aviv foi chamado a Brasília para consultas** (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014, p. 152, grifo nosso).

Na sequência do material empírico do relatório, não foi dado o registro de nenhuma resposta a repercussão da crise do “anão diplomático”, havendo apenas os conteúdos restritos ao início e ao final das hostilidades. Em 7 de agosto, o Itamaraty lança uma nota sobre o cessar fogo em Gaza, reiterando que o fim das hostilidades possa tratar um “encaminhamento definitivo para o conflito (...) com base na solução de dois Estados” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014b, p. 246). Após isso, o Itamaraty anuncia que o Embaixador brasileiro em Israel retornaria das consultas solicitadas.

No ano de 2015, é de destacar na diplomacia brasileira acerca das negociações envolvidas entre Brasil, Palestina e Israel no caso do brasileiro-palestino Islam Hasan-Jamil Hamed. Após completar sua pena de cinco anos de prisão pela AP, o brasileiro continuava preso até aquele ano em território palestino, e realizava uma greve de fome que colocava em grave risco sua saúde. Mediante isso, o governo brasileiro começou a negociar com os representantes palestinos e israelenses para as condições de repatriação (AGÊNCIA BRASIL, 2015). Em nota de 17 de maio, o Itamaraty emitiu uma nota explicativa:

O Governo palestino condiciona a libertação do Sr. Hamed à emissão de documento, por parte do Governo brasileiro, responsabilizando-se por sua segurança. Trata-se de demanda incabível, uma vez que o Governo brasileiro não tem meios legais ou materiais para **exercer sua jurisdição e poder de polícia no território do Estado da Palestina ocupado por Israel**. O Governo brasileiro tem redobrado seus esforços junto aos dois Governos para que o nacional brasileiro seja solto e repatriado para o Brasil. (...) Por sua vez, o Governo de Israel, (...) informou que investiga o Sr. Hamed pela suposta participação em ataque a dois cidadãos israelenses, (...) as autoridades israelenses deixaram claro que não pretendem conceder o salvo-conduto solicitado pelo Governo brasileiro para que o Sr. Hamed seja repatriado para o Brasil. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015b, 279)

Nesta questão em especial, destacamos o reconhecimento brasileiro às determinações do direito internacional das Nações Unidas, que não reconhecem os territórios controlados por Israel como legítimos, e sim como uma ocupação desde 1967. Em 24 de julho daquele ano, o governo brasileiro anunciou que Hamed foi liberado pela AP, mas estava suscetível a uma nova prisão por oficiais do governo de Israel. Novamente o governo do Brasil ressaltou que não houve um meio para o país auxiliar na integridade de Hamed, haja vista a incapacidade de

exercer jurisdição ou poder de polícia em território estrangeiro. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015b, p. 196)

Entre 2015 e 2016, esperava-se que houvesse algum registro da declaração do governo brasileiro acerca da nomeação de Dani Dayan para a embaixada em Brasília, mas em nossa fonte de dados não pudemos filtrar ou encontrar nenhum pronunciamento desse caráter.

Portanto, ao finalizar o mapeamento das declarações do governo Dilma reunidos na fonte empírica escolhida, sintetizamos as seguintes considerações: a) No âmbito diplomático, o governo brasileiro manteve a posição histórica de apoio a solução de dois Estados a todo momento de escalada de tensões entre israelenses e palestinos, além de que, com a notícia das mortes na Faixa de Gaza, condenou veementemente as atitudes ditas desproporcionais das forças de Israel; b) No conflito de 2012 e 2014, apesar da condenação do lançamento de foguetes em áreas civis de Israel, o governo brasileiro não direcionou nenhuma crítica direta ao grupo Hamas – indicador que talvez tenha feito a diferença no escalonamento das críticas de Israel. A seguir, buscaremos mapear como foram as reações da Câmara dos Deputados a todos esses eventos.

3.3 Mapeamento do poder legislativo no governo Dilma

Após a fases de pré-análise de classificação dos discursos do poder legislativo durante o governo Dilma, tivemos um resultado de 121 pronunciamentos sobre alguma temática voltada para o Estado de Israel.

A classificação dos temas de cada discurso foi realizada da seguinte forma:

Tabela 3 – As palavras-chave escolhidas para a categorização dos temas dos pronunciamentos do poder legislativo no governo Dilma

TEMA	SUB-PALAVRA-CHAVE
Relação Brasil e Israel	Parcerias; segurança; oportunidade;
Status da Palestina na ONU	Membro; observador; ONU
Crise da nomeação do Embaixador Dani Dayan	Dani Dayan, embaixador, nomeação
Caso de Islam Hamed	Prisão; greve; Hamed
Conflitos entre Israel e Palestina	Hostilidades; Situação em Gaza; violência;

Processo de paz	Solução de dois Estados, Estado palestino; autodeterminação; negociações
Terrorismo	Terror; atentados; extremismo
Solidariedade à Palestina	Solidariedade; resistência; povo;
Homenagem ao Estado de Israel	Oswaldo Aranha; partilha; independência
Relações com o Irã	Armas nucleares; direitos humanos; Irã

Fonte: Elaboração própria

A leitura atenta de todos os discursos disponíveis nos leva as considerações sobre o amplo escopo de temas que foram trazidos no plenário da Câmara, em comparação à um número reduzido no poder executivo. De modo geral, houve uma predominância do tema “conflitos entre Israel e Palestina”, com 25,4% dos discursos; seguido por “homenagem ao Estado de Israel”, com 23,7%¹³, e “parcerias Brasil e Israel”, com 13,1%.

3.3.1 – Repercussão da Operação Pilar Defensivo (2012)

A Operação Pilar Defensivo de 2012, retomando a explicação do Capítulo 1, foi uma operação terrestre comandada pelo Exército de Israel em Gaza, após o aumento das tensões desencadeadas pela pelo lançamento de foguetes de ambos os lados. O governo Dilma, mediante esse cenário, preocupou representantes de Israel com algumas de suas declarações do conflito, justamente por não condenar diretamente o grupo Hamas pelo lançamento de foguetes ao território de Israel. A repercussão do anúncio da operação terrestre em Gaza, ao final de novembro, levou a alguns breves posicionamentos dos parlamentares brasileiros. No dia 19 de novembro, o deputado Glauber Braga (PSB-RJ) fez o seguinte discurso:

Sra. Presidenta, (...) em primeiro lugar, quero lamentar com veemência os ataques do Governo de Israel, que deixaram 95 mortos na Faixa de Gaza. Dados das próprias Forças Armadas de Israel mostram que pelo menos um terço deles era civil, não tinha qualquer relação com o conflito, não era o chamado combatente do conflito. (...) **A Presidenta Dilma está mais do que correta no momento em que liga para o Secretário-Geral das Nações Unidas e solicita a intervenção do Conselho de Segurança da ONU para que o conflito seja cessado.** (...), mas o mundo também espera agora de todas as nações, inclusive dos próprios Estados Unidos, uma posição firme na condenação dos ataques que estão matando civis, crianças e idosos na Faixa de Gaza e que não haja, como está acontecendo, **uma reação completamente desproporcional por parte do Governo de Israel** contra o povo palestino na Faixa de Gaza. Muito obrigado, Sra. Presidenta. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2012, grifo nosso)

¹³ Na realidade, esse número é muito maior, pelo fato de boa parte das sessões de homenagem ao Estado de Israel não terem todos os registros de discursos disponíveis em nossa fonte empírica. Com a solicitação destes novos dados, com certeza o cenário seria diferente.

Além da referência direta a posição da Presidente sobre a questão, destacamos no texto o uso das mesmas palavras para definir as ações do Exército de Israel, realizadas segundo o parlamentar e o governo brasileiro como desproporcionais. Em sequência, o deputado Luiz Couto (PT-PB), congratulou a fala de Braga e disse “ao mesmo tempo [que gostaria de] parabenizar a nossa presidenta Dilma por sua postura em defesa da paz” (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

O deputado Hugo Leal (PSC-RJ), em 21 de novembro, conclamou em seu discurso o histórico recente do conflito entre israelenses e palestinos, e destacou como o grupo Hamas, que controla a Faixa de Gaza, foi responsável por vários ataques terroristas. Em sua fala, destacamos o seguinte:

(...) Desde que Israel deixou Gaza, em 2005, os grupos terroristas da região lançaram mais de 8 mil mísseis contra o território israelense. (...) Como se não bastasse, pela primeira vez em muitos anos os terroristas puderam lançar suas bombas contra **Jerusalém, a capital de fato e de direito de Israel.** (...) Para nós, cristãos, Jerusalém possui um significado também especial. (...) Assim, sem me alongar mais, quero deixar aqui registrada a minha indignação com a **violência promovida e desencadeada pela liderança do Hamas.** Os palestinos não merecem isso. Os palestinos merecem a paz. **Propugno aqui também porque Israel seja sábia em suas respostas, não responda à violência com mais violência, dê mais chance às negociações e à diplomacia.** Enfim, expresso, o desejo e a esperança de que em breve possam as populações da região experimentar a paz, a harmonia e a tolerância. (...) (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2012, grifo nosso)

Apesar de expor sua opinião sobre a condição de Jerusalém como capital de direito de Israel, um ponto de discordância em relação ao governo da época, o deputado mantém uma postura de condenar ambos os lados do conflito. Outro diferencial em seu pronunciamento, assim, é a citação do Hamas como um ator terrorista na Faixa de Gaza, elemento inexistente no conteúdo dos discursos do poder executivo.

No entanto, apesar dos discursos serem majoritariamente alinhados a postura do governo Dilma, resolvemos destacar o pronunciamento de Jair Bolsonaro (PP-RJ), que se dedicou a criticar o governo e a condução da política externa por parte do partido da Presidente Dilma:

Sr. Presidente, os jornais de ontem - todos, creio - publicaram em destaque uma foto em que um bando de motoqueiros, na Palestina, arrasta o corpo de um que seria colaborador do regime de Israel. Uma barbárie! Agora, o PT apoia isso aqui! Por quê? Olha só como é que eu vou provar que o PT apoia isso aqui: Lei Federal nº 12.292, de 20 de julho de 2010, Presidente Lula: "Fica o Poder Executivo autorizado a doar recursos à Autoridade Nacional Palestina (...) no valor de (...) 25 milhões de reais". **Ou seja, o PT apoia a barbárie!** Afinal de contas, para mim isso não é novidade. O PT sempre esteve ao lado do terror (...) (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2012, grifo nosso)

Seu pronunciamento trata-se de uma crítica claramente oposta a condução do governo para o tema Israel e Palestina, além de se tratar de um ataque direto, porém desconexo da questão, as relações que o Brasil desenvolveu com a Autoridade Palestina desde 2010. Portanto, o compilado de todas as reações dos deputados federais acerca dos conflitos na Faixa de Gaza durante o mês de novembro de 2012 nos leva a um valor total de seis discursos. De todos eles, apenas um, citado anteriormente, fora completamente contrário a condução do governo Dilma para essa questão diplomática.

Como veremos ao final deste Capítulo, dividiremos os valores de alinhamento executivo-legislativo em cada ano do governo. Ao compilarmos todos os discursos daquele ano de 2012, para além do evento da operação terrestre, 76% estavam em concordância com a condução da política externa do governo Dilma.

3.3.2 – Repercussão da Operação Margem Protetora (2014)

A classificação em temas do nosso banco de dados de discursos nos apresentou 23 discursos entre julho e novembro de 2014 que tinham alguma menção aos acontecimentos em Gaza naquele ano. Para ressaltar, a ofensiva de Israel em Gaza ocorreu entre julho e agosto, e foi motivada por uma série de indicadores que influenciaram no aumento de tensões na fronteira e entre os governos de Israel e a Autoridade Palestina (HASAN, 2020).

Em 14 de julho, o deputado Fernando Ferro (PT-PE) fez o seguinte comentário sobre os recentes acontecimentos na região que começavam a sair na imprensa, repudiando o “ataque contra inocentes palestinos praticado pelo Governo de Israel” (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2014)

Durante todo o dia 15 de julho, pudemos registrar vários deputados (a maioria deles da base do governo) reagindo aos acontecimentos na região, sendo a maioria deles em defesa da causa palestina e criticando a truculência das forças de Israel no território de Gaza. Dentre eles destacamos primeiro a posição da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ):

Sr. Presidente, é importante a fala do Deputado Lincoln Portela, porque, em todos os pronunciamentos feitos hoje aqui, nós partimos da ideia de que o que nós queremos é o acordo de paz. Todos **nós defendemos o Estado Palestino e a existência do Estado de Israel, e o povo de Israel e o povo palestino têm que se dar as mãos**. A nossa indignação e a nossa contundência é contra a prática sionista do **Governo de Israel e do Estado de Israel**, que assassina de forma absolutamente beligerante, com poder bélico, com o apoio dos Estados Unidos de forma absolutamente desigual, de forma genocida, crianças, mulheres, idosos, a população civil de forma absurda. (...) Então, o que nós estamos dizendo é que há uma desigualdade, há um poder bélico inigualável contra uma população desarmada, assassinada, humilhada e presa num território cada vez menor, sendo aniquilada do mapa, perdendo as suas vidas de uma forma inaceitável. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2014, grifo nosso)

Nesta questão, é possível identificar que a posição está alinhada com o governo Dilma, que também em suas posições esclarecia o direito de ambos os povos existirem com seus respectivos Estados. Novamente, podemos observar como as críticas à Israel são muito mais duras e diretas na Câmara dos Deputados. No caso deste trecho da posição da deputada, fica registrado a confusão no direcionamento das críticas para o “Estado” ou o “Governo” de Israel.

O próximo discurso é do deputado Domingo Dutra (SD-MA), que aponta para o caminho que ele acredita que o Brasil deva seguir:

Sr. Presidente, eu acho que já é hora de o Governo brasileiro tomar uma posição enérgica em relação à matança que o Estado de Israel promove na Faixa de Gaza. É inadmissível que o mundo inteiro fique omissos, que a ONU não se manifeste. Onde estão as organizações de direitos humanos, que não tomam uma medida para evitar essa matança indiscriminada de palestinos? (...) E peço à Presidenta Dilma e ao Ministro de Relações Exteriores brasileiro que o Brasil se manifeste diante desta **matança indiscriminada que os israelenses promovem contra os palestinos.** (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2014)

Em sequência, o deputado Fernando Ferro (PT-PE) realiza um novo pronunciamento:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, até em atendimento a algumas manifestações da Comunidade Judaica no Brasil, eu quero esclarecer, primeiro, que tenho profundo respeito e admiração pela luta do povo judeu para instalar e garantir a existência do Estado de Israel. (...)

Então, eu quero fazer **uma separação entre o direito da existência do Estado de Israel e a ação criminosa** que é o massacre praticado pelo atual governo de Israel contra inocentes palestinos. Ora, nós sabemos que o **Hamas usa o terrorismo como uma das suas manifestações políticas.** Eu condeno isso. (...)

Eu reagi até mesmo à atitude descortês, estabonada, da diplomacia israelense em relação à posição do Governo brasileiro, que é, inclusive, acompanhada por outros países e até pela própria ONU.

Então, a humanidade não pode aceitar esse tipo de crime de guerra praticado contra inocentes palestinos. **E nós sabemos que o caminho é a existência de dois Estados naquela região.** Se Israel tem direito a um Estado, a Palestina também tem direito ao seu, e é exatamente por isso que se busca um encontro político para atenuar aquela crise. (...)

Não confundo a luta histórica do povo judeu com o atual procedimento do **governo fascista de Israel.** (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014, grifo nosso)

Em seu discurso, é possível extrair várias pequenas reproduções da posição defendida pelo governo Dilma, e uma reação do deputado acerca das críticas feitas pelos representantes de Israel à posição do Brasil. De todo modo, podemos identificar certas contradições em seu discurso, novamente ao confundir o direcionamento das críticas para o Estado ou para o governo de Israel.

Ainda no dia 15 de junho, vale registrar uma discussão que ocorreu no plenário durante estes discursos, com o deputado Jair Bolsonaro (PR-SP) interrompendo um dos discursos da

deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e chamando a Palestina de Estado terrorista. Segue abaixo um pequeno trecho da troca de acusações:

O SR. JAIR BOLSONARO - Abaixo o terrorismo!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Nós não podemos ter omissão, diante de uma situação como essa, contra o extermínio de povo nenhum, em nenhum lugar do mundo.

O SR. JAIR BOLSONARO - **Abaixo o terrorismo da Palestina!** (...) A SRA. JANDIRA FEGHALI - Quero dizer ao Deputado Jair Bolsonaro, como representante dos torturadores que ele é, que o PCdoB tem voz e tem voto.

O SR. JAIR BOLSONARO - Comunista matou 100 milhões no mundo! Comunista!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Quando o Líder do PCdoB estiver falando, que ele cale a boca, porque nós temos voz e voto!

O SR. JAIR BOLSONARO - Lave a sua boca para falar o meu nome! (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2014, grifo nosso)

Neste ponto, não apenas o aumento das tensões nos debates da Câmara foi observado, mas também a ocorrência da polarização das posições acerca do conflito. O uso de adjetivos como “terrorista” e “fascista” para atacar algum dos lados atribui um caráter de ataques mais duros e agressivos.

No dia 06 de agosto, após a série de pronunciamentos mais frequentes, o deputado Amauri Teixeira (PT-PE) trouxe novamente o assunto a tribuna:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mesmo num momento de especial atenção às políticas internas brasileiras, nós não podemos nos calar. Hoje a Palestina vive um massacre, que nós devemos contestar, repudiar e pedir para cessar. (...) **O que Israel está fazendo hoje é o que os alemães fizeram com os judeus; é um holocausto inaceitável do povo palestino.** (...) (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2014, grifo nosso)

Observa-se que, naquele ano de 2014, o tema Israel-Palestina tomou um espaço relativamente maior na duração do governo Dilma, principalmente devido a promoção de acusações entre os parlamentares. No caso de 2012, boa parte dos breves discursos resumiam-se a reprodução de alguns termos da condução da política externa do governo. Em 2014, as críticas ao Estado de Israel aumentaram consideravelmente, exalando certos termos e assuntos que banalizam o tema do holocausto, como pudemos ver no excerto acima. Ademais, as críticas para a Autoridade Palestina também encaminharam para essa mesma confusão, ao não diferenciar a organização do Hamas da população palestina.

No dia seguinte, em 06 de agosto, o deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA) fez a seguinte declaração:

Portanto, Sr. Presidente, queremos aproveitar a oportunidade para refutar as palavras, com todo respeito, do Deputado Amauri Teixeira, que, no dia de ontem, ao se referir ao Estado de Israel, comparou-o a criminosos, como se fosse o holocausto que estivesse acontecendo naquela região. Eu queria deixar registrado que nós temos que analisar, pensar o que está acontecendo na Faixa de Gaza. Nós estamos passando por

um problema difícil neste País. (...) Portanto, nós temos que ter cuidado nessa situação. É tempo de guerra, mas nós não podemos deixar, Sr. Presidente, de observar que essa é uma situação complicada, difícil, e que o povo judeu, **o Estado de Israel tem todo o direito de se defender**. Nós precisamos conhecer melhor essa matéria para não cometermos injustiça, não tomarmos posicionamento sem ter conhecimento da matéria. (...), mas não podemos, em hipótese alguma, colocar o Estado de Israel nessa situação, até porque **o Hamas é uma entidade terrorista**, que tem prejudicado o mundo inteiro, que não está respeitando os direitos dos Estados, e coloca crianças em situação de dificuldade. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2014, grifo nosso)

Portanto, concluímos a descrição e explicação de alguns dos discursos de nosso banco de dados com a seguinte consideração: Diferentemente de 2012, o evento de 2014 foi fulcral para o aumento da polarização da temática Israel e Palestina na Câmara dos Deputados. Apesar de haver apenas quatro discursos contrários a postura do governo brasileiro – dentre eles a intervenção agressiva do deputado Bolsonaro – é de citar como o aumento das críticas à Israel na retórica de alguns deputados da base do governo abalou a condução do tema no Plenário. No total dos discursos do ano de 2014, o nível de alinhamento executivo-legislativo ficou na taxa de 72%.

3.3.3 – Crise diplomática da nomeação do embaixador Dani Dayan (2015-6)

Após o anúncio da nomeação de Dani Dayan ao cargo de embaixador em Brasília, o primeiro discurso sobre o tema que registramos na Câmara dos Deputados foi realizado em 06 de agosto, pelo deputado Carlos Marun (PMDB-MS), integrante da base do governo. Ao tomar conhecimento da situação, o parlamentar registrou:

Leio no jornal Folha de S.Paulo de hoje que Israel nomeou para embaixador no Brasil um líder de seus colonos. Nada tenho contra a existência do Estado de Israel, que já tem suas fronteiras reconhecidas, ocupando cerca de 85% da Palestina. Todavia, o que são hoje os colonos que ocupam, de forma crescente, cerca de 14% dos territórios que ainda ficaram na Cisjordânia e na Faixa de Gaza disponíveis para que ali se estabelecesse um futuro Estado palestino e para que ali se plantasse uma semente que pudesse efetivamente trazer a paz? **Esses colonos são agentes de um sionismo que não pode mais ser aceito pelo mundo, são ladrões de terras dos outros**. E, em uma ofensa ao Brasil, uma ofensa ao Governo, uma ofensa aos bilhões de brasileiros que têm, como eu, sua origem no mundo árabe, Israel escolhe um líder desses colonos para ser o seu representante em nosso País. Nós não podemos aceitar essa provocação, nós não podemos aceitar isso. O Brasil tem que reagir a essa questão. É essa, Sr. Presidente, a minha posição. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015, grifo nosso)

No mesmo dia, o deputado Ricardo Izar (PSD-SP) concordou com a posição brasileira de recusar a nomeação, mas apelou para questões técnicas da diplomacia para justificar sua posição:

Sr. Presidente, venho à tribuna só para deixar um protesto.

Recentemente, foi nomeado o novo Embaixador de Israel no Brasil. Primeiro, o Governo brasileiro não foi consultado. Normalmente, o protocolo da política diplomática é o País ser consultado e, depois, ser nomeado o embaixador. E, segundo, trata-se de uma pessoa que vai contra os princípios da política externa do Brasil, já que ele é líder do acampamento dos assentados de Israel no Estado da Palestina - o Brasil defende o reconhecimento do Estado palestino, e é contra o assentamento de Israel no Estado palestino. Então, aqui fica o meu protesto. Peço que o Itamaraty tome alguma providência. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2015)

Dessa forma, pudemos identificar nestes dois posicionamentos as mesmas justificativas dissertadas pelo governo brasileiro a época, as quais esclarecemos no Capítulo 1, para a recusa de aceitar a nomeação do embaixador. Primeiro, no campo dos princípios, por se tratar de um embaixador envolvido com a questão dos assentamentos israelenses, os quais o Brasil se posiciona historicamente contra. E segundo, no campo da ética diplomática, pelo fato da nomeação não ter sido notificada ao governo brasileiro anteriormente ao anúncio da nomeação pelo primeiro-ministro israelense.

Em contrapartida, em 23 de setembro, o deputado Jony Marcos (PRB-SE) saiu em defesa da nomeação do embaixador, sob a justificativa das boas relações que o Brasil deveria cultivar com Israel:

Eu venho fazer um apelo para o Governo brasileiro e, ao mesmo tempo, **deixar o meu repúdio a essa rejeição à indicação do novo embaixador**, a fim de que não venhamos abrir um precedente muito ruim para o Brasil por querer decidir qual será o nome que Israel poderá indicar para ser embaixador no Brasil. Qual foi a justificativa do Governo brasileiro? A de que Dani Dayan é um antigo dirigente colono em território que acredita pertencer aos palestinos. Para que não venhamos a abrir um precedente muito ruim para as relações diplomáticas do Brasil, eu faço um apelo para o Governo brasileiro: que reveja o seu posicionamento e aceite a indicação do Governo de Israel para que o novo embaixador seja recebido no Brasil, haja vista que Israel é nosso grande parceiro. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2015, grifo nosso)

Em 2016, o deputado João Campos (PRB-GO) retomou o assunto e detalhou como se deu a oposição na Câmara dos Deputados à nomeação do embaixador. No entanto, seu discurso foi proferido em maio, quando Dilma já havia sido afastada. Por se tratar de um discurso já durante o governo Temer, ele não entrou para o levantamento atual. Contudo, por tratar exatamente dos eventos durante o governo Dilma, o mesmo será transcrito nesta seção devido a sua relevância:

(...) Quero apenas ler uma nota em razão dessa crise que o Governo anterior do Brasil, o Governo do PT, o Governo da Dilma, (...) criou; uma crise desnecessária, do ponto de vista diplomático, com o Estado de Israel - e vários Parlamentares já fizeram referência a isso aqui -, na medida em que não entregou as credenciais ao embaixador para aqui designado, Dani Dayan, sem nenhuma razão, **apenas por questões ideológicas**.

Ao rejeitar Dani pelos motivos que foram alegados, estava rejeitando o Brasil. Os motivos alegados não eram pessoais em relação ao Dani Dayan. Era uma posição do Estado de Israel, do Governo de Israel.

(...) Eu queria, até para que fique registrado nos Anais desta Casa, caro Ministro, ler a nota que foi encaminhada à época a V.Exa., ao Ministro das Relações Exteriores de Israel, ao Primeiro-Ministro e à comunidade israelita do Brasil, hoje formada por mais de 100 mil pessoas.

Diz a nota da Frente Parlamentar Evangélica, datada do dia 29 de dezembro de 2015: **"A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, composta por 4 Senadores e 199 Deputados Federais**, por meio do seu Presidente, vem a público manifestar **integral apoio à nomeação de Dani Dayan pelo Governo de Israel para embaixador no Brasil** e propugna que sua credencial seja efetivada pelo Governo brasileiro o quanto antes.

Dani Dayan foi escolhido e nomeado por um governo legítimo de um país democrático e amigo, que tem firmado com o Brasil diversos tratados. Há acordo de cooperação na área de defesa nacional, com transferência de alta tecnologia, relevantíssimo para as nossas Forças Armadas. Na área de segurança pública, existe acordo de cooperação quanto às Olimpíadas do Rio, em 2016, e também na área científica e de intercâmbio cultural.

O comércio entre os dois países é crescente e triplicou na última década. Além disso, Israel foi o primeiro país de fora da América Latina com o qual o MERCOSUL assinou acordo de livre comércio. Vale também destacar que o Brasil estabeleceu sólida relação bilateral com Israel desde fevereiro de 1949, poucos meses após a declaração de independência daquele país pela ONU, **em assembleia histórica presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha**.

Existe intenso fluxo turístico, com destaque para o segmento evangélico e forte vínculo cultural e social com uma comunidade de cerca de 10 mil brasileiros em Israel e uma comunidade de mais de 100 mil judeus no Brasil. Isso não pode ser desconsiderado.

Como se vê, as relações entre Brasil e Israel são tão sólidas e fraternas que o Governo brasileiro propôs o Projeto de Lei nº 5.815, de 2013, que tramita na Câmara dos Deputados, já aprovado pela Comissão de Cultura, o qual institui o **Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel, a ser comemorado em 12 de abril**. (...) Consta que Benjamin Netanyahu, Primeiro-Ministro de Israel, escolheu Dani Dayan para embaixador levando em conta a importância do Brasil no contexto internacional (...) Não se justifica rejeitá-lo tão somente porque mora num assentamento judeu na região da Cisjordânia e por ter presidido o Conselho de Yesha dos Colonos da Cisjordânia, entre 2007 e 2013.

Isso apenas faria saltar aos olhos de todos como inabilidade da Presidente Dilma Rousseff.

Posições ideológicas de Dani seriam motivo? Não, pois Dani, assim como qualquer embaixador, não representa a si próprio, mas o governo que o nomeou.

A quem interessa uma crise diplomática entre Brasil e Israel?

É preciso ter coerência. Vejamos algumas situações.

1. Síria. O Governo do PT, representado pela Presidente Dilma, ao contrário de condenar as práticas do Estado Islâmico, defendeu o diálogo com o grupo terrorista radical, que assusta o mundo com violência brutal, execuções, decapitações, etc.

2. Rússia. O Governo brasileiro não se posicionou quando a Rússia apoiou o movimento separatista na Ucrânia e anexou parte daquele território ao seu.

3. Estados Unidos. A Presidente Dilma foi tímida diante das informações de grampo americano de telefones do Governo brasileiro e cancelou uma visita aos Estados Unidos. Todavia, logo depois, simples explicações foram o bastante para levá-la à Casa Branca.

4. Irã. Governo com reiteradas práticas de graves violações aos direitos humanos prática severas perseguições aos cristãos e intolerância violenta a homossexuais e outras minorias. Porém, o Governo do PT, representado pela Presidente Dilma, não tomou nenhuma atitude de desaprovação a essas práticas. Ao contrário, recebe o Presidente daquele País com especial honra no nosso Palácio.

Em 2010, quando o Brasil reconheceu o Estado Palestino, o Governo de Israel não convocou para consulta seu Embaixador do Brasil. Respeitar a soberania de Estados

Democráticos é postura elementar nas relações internacionais. Não será vetando embaixador nomeado por Israel que o Brasil será mais reconhecido e respeitado pela comunidade internacional como facilitador da paz pelo diálogo.

Brasília, 29 de dezembro de 2015.

João Campos, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica."

Leio esta nota hoje na tribuna como **uma reprovação à política praticada pelo Governo que felizmente se encerrou no último dia 11** e na crença de que o Governo estabelecido agora sob o comando de Michel Temer terá uma política externa de Estado, diferentemente da que vinha sendo praticada, e que restabelecerá o conceito do Brasil no concerto internacional.

Tenho confiança no Presidente Michel Temer nesse sentido, bem como no seu Chanceler, o Ministro José Serra. (...) (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2016, grifo nosso)

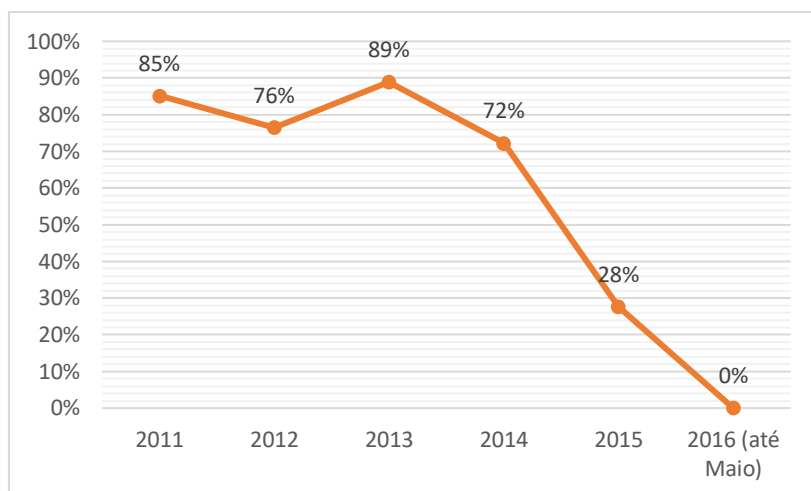
Este longo discurso, que nos traz na íntegra a Nota da Frente Parlamentar Evangélica sobre a nomeação do embaixador, possibilita a realização de algumas considerações. Primeiro, o pronunciamento do deputado nos traz com detalhes as justificativas para a discordância crescente dentro da Casa legislativa acerca da posição brasileira em relação a Israel. Como foi destacado no trecho, a Frente Parlamentar Evangélica representava à época 199 parlamentares (quase 38% do total de 513 deputados), e saiu em defesa do embaixador ao criticar veementemente a política externa do governo Dilma. Neste ponto, destacamos, em convergência com a bibliografia, o papel dos políticos evangélicos na contestação da condução das relações com Israel, principalmente nos últimos meses do governo. Segundo, ao tratar das relações históricas com Israel, a nota cita o simbolismo de Osvaldo Aranha para a consolidação do Estado judeu, representante o qual é sempre lembrado a fim de argumentar para a aproximação entre as duas nações. Terceiro, o conteúdo transcrito nos ajuda a fundamentar o peso da perda de apoio político no governo Dilma após sua reeleição, e principalmente como a crise política refletiu nas temáticas que envolveram o Estado de Israel.

Por fim, pudemos identificar apenas esses três discursos em 2015 sobre a crise diplomática com Israel em 2015 e 2016. Sendo dois discursos alinhados ao governo federal, e um contrário a postura do poder executivo. Em 2016, houve o retorno sobre esse tema, mas não foi considerado no levantamento. Durante todo o ano de 2015, nosso levantamento nos traz um nível de 28% de alinhamento executivo-legislativo, sendo, portanto, uma queda considerável.

Ao final dos levantamentos abordados, pretendemos contribuir para o debate sobre a relação executivo e legislativo na retórica de política externa para Israel por meio da seguinte variável – de todos os discursos dos parlamentares que foram reunidos no banco de dados, não apenas aqueles classificados nos eventos que acabamos de abordar; quais estão em concordância com a condução da relação com Israel conduzida pelo governo? A partir de

respostas com “Sim” e Não” para essa pergunta, pudemos levantar os dados em cada ano do governo Dilma. O gráfico a seguir apresenta esses resultados:

Gráfico 1 – Alinhamento dos discursos do legislativo em relação executivo do governo Temer acerca de temas sobre Israel



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara dos Deputados (2022)

O caminho do alinhamento retórico dos pronunciamentos do poder executivo e legislativo na temática de Israel, durante o governo Dilma, seguiu com altos níveis de concordância nos três primeiros anos de governo. Como está descrito em alguns dos discursos nas seções anteriores, fica claro que a base do governo monopolizava o debate sobre o tema, e na maioria das vezes utilizava-se do palanque do Plenário para apoiar a causa palestina e elevar o tom das críticas ao Estado judeu. Da mesma forma, houve reverberadas críticas à condução de Israel nos momentos de hostilidades em Gaza, que atingiram um patamar elevado em 2014. Da mesma forma, houve também críticas agressivas a Autoridade Palestina, mesmo que em menor grau e quantidade. Ademais, havia pouco espaço para discursos sobre o aumento de parcerias entre Brasil e Israel, apesar de elas existirem na prática e terem aparecido em nosso levantamento.

A partir de 2014, foi possível identificar vários parlamentares da oposição ou independentes abordando temas sobre Israel com uma perspectiva distinta, realçando não apenas as conexões religiosas com o Estado judeu, mas também questionando as críticas realizadas por deputados da base do governo. Após a crise diplomática do “anão diplomático”, o tom dessas críticas aumentou, apesar da base do governo manter-se ativa no Plenário.

De 2014 em diante, podemos observar uma queda considerável no alinhamento, muito devido a duas mudanças na conjuntura política nacional: i) a perda de apoio na base governista

naquele ano, a qual ficou mais acentuada após as eleições; e ii) A maior recorrência de discursos críticos a postura do governo para com Israel, principalmente aqueles relacionados as crises diplomáticas

No ano de 2016, antes da saída de Dilma do cargo de presidente, identificamos dois discursos com citação direta a Israel, um proferido pelo deputado Roberto da Lucena (PV-SP) em uma das votações do processo de *impeachment*:

É uma crise espiritual, formulada pela quebra de princípios, pela relativização de valores, (...) vítimas do silêncio desta Casa e do Governo Federal, e também porque o Brasil, através de sua representação maior, **virou as costas para Israel, e, fazendo isso, desprezou as bênçãos advindas dessa relação** (...) Torno público a V.Exas. e ao povo brasileiro que haverei de votar na sessão histórica deste domingo, dia 17 de abril de 2016, a favor da admissibilidade do processo de impeachment da Presidente da República, Dilma Rousseff (...) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, grifo nosso).

E outro do deputado Roberto Sales (PRB-RJ), em 17 de abril, que foi bem direto: “Sr. Presidente, pela unidade do PRB, pela família e para nenhum governo se levantar contra a Nação de Israel, por São Gonçalo, pelo leste fluminense, pelo Rio de Janeiro, voto "sim". (Palmas.)” (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2016)

Com a abstração do caminho das críticas à condução da política externa brasileira, identificamos a ascensão de certos posicionamentos acerca da relação que antes não tinham muito espaço no debate político. Em 2011, a predominância foi de discursos – tanto da base quanto da oposição – reiterando as posturas internacionais do governo Dilma acerca da questão Israel e Palestina. Contudo, a partir de 2014, os partidos fora da base do governo começaram a controlar o espaço para esse tema, e contiveram esse predomínio até o ano do *impeachment*.

4. MAPEAMENTO DOS PRONUNCIAMENTOS DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO DURANTE O GOVERNO TEMER (2016-2018) SOBRE ISRAEL

Apesar do discurso inicial do novo chanceler do governo Temer, que deu ênfase ao rompimento da ideologização da política externa da administração anterior, a bibliografia converge na compreensão de que o governo Temer não avançou em mudanças categóricas nas diretrizes da política externa brasileira. A produção de Vigevani e Calandrin (2019) deixa isso contundente, principalmente com o uso do método de Hermann (1990) para fundamentar os níveis de mudança em política externa. Mediante essa síntese do que pudemos apresentar na revisão bibliográfica, esta seção do trabalho buscar-se-á aprofundar esse processo de continuidade da política externa para o Estado de Israel por meio da comparação com o poder legislativo.

4.1 Mapeamento do poder executivo no governo Temer

Durante todas as edições da “Resenha de Política Exterior do Brasil” referente ao governo Temer, pudemos selecionar para o banco de dados um total de 19 pronunciamentos. Essa diferença expressiva em quantidade de dados em relação com governo Dilma pode ser explicada por alguns fatores, entre eles a duração reduzida do mandato (5 anos e 243 dias de Dilma contra 2 anos e 123 dias de Temer).

No entanto, pudemos examinar também uma relativa diminuição do engajamento internacional do Brasil durante o governo de Michel Temer, o qual priorizou questões mais internas do que externas (SILVA; PÉREZ, 2019). Isso fica expresso em nossos dados pela inexistência de discursos e entrevistas de Michel Temer em nosso banco de dados¹⁴.

Para a classificação dos discursos por tema, pudemos identificar quatro temas principais:

Tabela 4 - As palavras-chave escolhidas para a categorização dos temas dos pronunciamentos do poder executivo do governo Temer

TEMA	SUB-PALAVRA-CHAVE
-------------	--------------------------

¹⁴ Ao buscarmos fontes externas ao nosso levantamento empírico, registramos que Michel Temer abordou a questão Israel e Palestina em seus discursos nas Nações Unidas, como neste trecho em 2016: “Também nos preocupa, Senhor Presidente, a ausência de uma perspectiva de paz entre Israel e Palestina. O Brasil apoia e o fez ao longo do tempo, a solução de dois Estados, em convivência pacífica dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. É responsabilidade de todos dar novo ímpeto ao processo negociador.” (G1, 2016)

Processo de Paz	Solução de dois Estados, Estado palestino; autodeterminação; negociações
Homenagem	Condolências; lembrança; memória; celebrar
Conflitos entre Israel e Palestina	Hostilidades; Situação em Gaza; violência;
Assentamentos na Cisjordânia	Territórios ocupados; Assentamentos; Jerusalém Oriental;
Votação na UNESCO	UNESCO; patrimônio cultural; santuário

Fonte: Elaboração própria

Assim como no levantamento do governo Dilma, a temática “Processo de paz” foi a mais abordada nos anos de governo, correspondendo a 11 pronunciamentos (53%). Sobre o tema da votação da UNESCO, tivemos apenas uma nota do Itamaraty, e duas notas acerca dos “assentamentos na Cisjordânia”. Em “Homenagens”, incluímos notas e discursos sobre datas comemorativas e condolências que abordavam algum acontecimento sobre Israel.

Em 2016, é de destacar os compromissos estabelecidos nos discursos proferidos pelo novo chanceler, que se pronunciou por meio de dois eventos já no primeiro semestre de governo: Em uma cerimônia de homenagem aos israelenses mortos no atentado nas Olimpíadas de Munique, em 1972; e as condolências feitas à Israel pela morte de Shimon Peres, ex-primeiro-ministro do país:

O Brasil rechaça e condena o terrorismo em todas as suas formas. Nada justifica – absolutamente nada – atos dessa natureza. O mundo civilizado não pode aceitar, e não pode jamais esquecer, crimes como o massacre de Munique de 1972, em que 11 membros da delegação israelense foram covardemente assassinados. Que sua memória seja abençoada. O esporte é, e deve ser sempre, uma força a favor da união dos povos do mundo. A trégua olímpica, herdada dos antigos gregos e endossada a cada quatro anos pelas Nações Unidas, deve ser entendida como símbolo de nossa humanidade compartilhada. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016b, p. 27)

A citação do tema “terrorismo” fica evidente em nota do Itamaraty em 08 de julho, que aborda o repúdio a um ataque ocorrido em Tel-aviv, capital de Israel:

O governo brasileiro condena o covarde ataque terrorista que deixou ao menos quatro mortos hoje, 8 de junho, em TelAviv. Ao transmitir seus pêsames aos familiares dos mortos e sua solidariedade com o povo e o governo de Israel, **o Brasil reitera seu firme repúdio a todas as formas de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.** (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016a, p. 147, grifo nosso)

Em 9 de junho de 2016, o Brasil emitia uma nota acerca da votação da UNESCO em uma resolução sobre patrimônio cultural de Jerusalém Ocidental, justificando a postura do voto brasileiro. Essa declaração será útil quando abordarmos a repercussão do voto no poder legislativo:

A 199ª Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, encerrada no último dia 15 de abril, adotou (...) decisão sobre o patrimônio cultural nos Territórios Ocupados. **O Brasil votou a favor da decisão**, embora tenha buscado, ao longo das negociações, suavizar os termos da proposta original. No entanto, o fato de que a decisão não faça referência expressa aos vínculos históricos do povo judeu com Jerusalém, particularmente o Muro Ocidental, santuário mais sagrado do judaísmo, é um erro, que torna **o texto parcial e desequilibrado**. (...) O Governo brasileiro revisará seu voto caso as deficiências apontadas na referida decisão não sejam sanadas em futuro exame do tema pela UNESCO. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016b, p. 147, grifo nosso)

Em agosto de 2016, o chanceler José Serra ressalta as mudanças necessárias para conduzir a política externa brasileira à novos ares, e fundamenta em seus primeiros discursos a ambição de aproveitar a janela de oportunidade propiciada pela transição governamental. Neste ponto, destacamos que durante o seu mandato como chanceler, que se encerrou no início do ano seguinte, foi encaminhada mais com promessas de mudanças do que com alterações que realmente atingiram todas as instâncias do governo. Isso fica evidente, em boa medida, pelos comunicados conjuntos assinados pelo presidente Temer naquele ano. Dentre eles, expomos aqui o comunicado conjunto com o Presidente de Portugal:

15. Os dois governantes **reiteraram o seu apoio à solução de dois estados**, convivendo dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas, para o conflito israelo-palestino. Ao recordarem as recomendações do último relatório do Quarteto, instaram as partes do conflito a retomar as negociações de boa-fé e coincidiram no juízo de que a expansão de assentamentos em **Território Palestino Ocupado, além de ilegal perante o direito internacional, obstaculiza o processo de paz**. Manifestaram, ainda, preocupação acerca dos atos de violência e da situação humanitária. (...) (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016b, p.213)

Esse limite das mudanças em política externa, a qual a bibliografia já identifica, pode ser endossado em uma das notas do Itamaraty em 2017. Em 12 de fevereiro, apesar da continuidade do repúdio ao terrorismo com o aumento de ataques em território israelense – os quais não recebiam tanto atenção nas notas oficiais do Itamaraty no governo anterior – destaque-se a seguinte nota do MRE:

O Brasil entende que a expansão territorial dos assentamentos israelenses na Cisjordânia representa um obstáculo à paz. Nesse sentido, **a legislação voltada para regularização dos assentamentos, recentemente aprovada pelo Parlamento de Israel, não contribui para a solução do conflito**. O Brasil tem consistentemente apelado às partes para que se abstenham de usar a violência e de promover atos de provocação que os afastem ainda mais da solução de dois Estados. O Brasil apoia uma solução de dois Estados para o conflito entre Israel e Palestina, que esteja de acordo com o direito de autodeterminação do povo palestino e as preocupações de segurança de Israel. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017, p.87, grifo nosso)

Dito isso, o governo brasileiro surpreendentemente manteve a posição oficial longamente reproduzida pelo governo Dilma, ao concordar com as conclusões das Nações

Unidas de condenar os assentamentos israelenses na Cisjordânia e apontá-los como impeditivo à consolidação da paz. Ademais, novamente foi reproduzida a defesa brasileira à solução dos dois Estados.

Com a saída de José Serra do cargo de chanceler, o novo indicado pelo Presidente – o senador Aluysio Nunes – escreveu um artigo intitulado “O Brasil contra o antissemitismo”, em resposta a outro conteúdo jornalístico que acusava o governo Temer de uma postura antissemita. Ao tratar sobre esse tema que encontramos pela primeira vez em nosso levantamento, o chanceler abordou sobre as críticas recebidas e justificou a postura brasileira. Acerca de seu conteúdo, destacamos o entendimento do chanceler que “o mais grave e inaceitável na argumentação, porém, é assimilar o voto brasileiro [na UNESCO] ao antissemitismo e ao antissionismo, numa acusação que é tão despropositada quanto injusta”, e que “valorizamos a relação com Israel e defendemos o combate ao verdadeiro antissemitismo, o que se manifesta na exclusão e na violência contra judeus, mas para isso não precisamos adotar um alinhamento automático às posições oficiais de nenhum país” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017a, p. 205). Ainda sobre a repercussão da votação, o novo chanceler declarou que “a política externa continuará refletindo e projetando por meio de posições equilibradas, ancoradas no direito internacional e na melhor tradição humanista do Itamaraty” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017a; p. 205). Outro indício que corrobora para uma condução com poucas alterações em relação ao governo Dilma, apesar do aumento das críticas na esfera externa (como veremos na sessão seguinte).

Em 2018, em ano eleitoral, o governo Temer praticamente abandonou as pautas referentes ao Oriente Médio, havendo um registro de apenas três pronunciamentos. Em dois comunicados conjuntos, o Brasil reiterou novamente o apoio ao processo de paz nos países do Oriente Médio, conclamando aos preceitos da soberania e a autodeterminação dos povos nos mesmos moldes que vimos por quase todo o recorte histórico. Nas vésperas de visita a Israel e outras nações do Oriente Médio, em fevereiro daquele ano, Aluysio Nunes escreveu um artigo sobre as oportunidades comerciais para o Brasil em sua visita. Ao abordar sobre os pontos positivos de se relacionar com todos os países de sua visita, destacamos suas considerações sobre Israel e sobre a Palestina:

Em Israel, encontrarei o presidente Reuven Rivlin e o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. Israel é um país próspero, que se afirma como centro de tecnologia e inovação, com o qual, assim como com a Palestina, o MERCOSUL mantém acordo de livre comércio. Queremos explorar oportunidades comerciais e de investimento, sem descuidar de outras áreas, em particular a cooperação em defesa, ciência, tecnologia e inovação. (...) Na Palestina, serei recebido pelo chanceler Riad Malki, pelo primeiro-ministro Rami Hamdallah e pelo presidente Mahmoud Abbas. Vou

reiterar o apoio à assistência aos refugiados palestinos e **à revitalização do processo de paz, para que a solução de dois Estados possa ser implementada**. No âmbito bilateral e multilateral, o Brasil busca executar projetos de cooperação técnica e de assistência humanitária, em áreas como saúde, educação e agricultura. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018^a, p. 209)

Ao final do texto, o chanceler destaca como o Brasil avançou na “consolidação de uma política externa universalista, que projeta nossos melhores valores, como se espera de um ator das dimensões e responsabilidades do Brasil” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018a, p. 209). Portanto, este documento se torna relevante ao corroborar em mais uma continuidade em diretrizes de política externa – pelo menos no nível da retórica – que é o uso do universalismo como prática de diversificação de parcerias. Acerca da posição sobre a questão israelo-palestina, o chanceler aborda a necessidade de se relacionar com ambos os lados do conflito – com a mesma retórica utilizada nos governos anteriores.

Em suma, destacamos na análise descritiva dos materiais do banco de dados como a política externa brasileira do governo Temer manteve as diretrizes basilares da tradição diplomática brasileira, apesar do início do mandato ter se estabelecido promessas e intenções de transformações. Nesse sentido, nos primeiros meses de governo, a declaração do Itamaraty sobre a votação da UNESCO já nos indica uma promessa de mudança, mas concomitantemente uma dificuldade do governo de tornar as transformações palatáveis em um curto período. Com a saída de José Serra do cargo, foi estabelecido que não havia espaço nem incentivo para mudança no posicionamento brasileiro nesta questão, tanto que essa suposta revisão do voto nunca ocorreu.

As declarações de Aluysio Nunes, ao apoiar uma aproximação maior com Israel, há de nos indicar ajustes necessários para acomodar a imagem do governo para com a opinião pública doméstica, do que necessariamente ambições de alterações para a comunidade externa. Dessa forma, com a curta duração do governo e o aumento de demandas domésticas que colocavam em jogo a sobrevivência do mandato, pode se dizer que esses temas ligados a Israel foram abordados em pronunciamento para encontrar maneiras de manter o pouco apoio interno.

4.2 – Mapeamento do poder legislativo no governo Temer

Ao seguirmos a mesma abordagem proposta para os levantamentos do poder legislativo, a classificação dos discursos do governo Temer foi centralizada sob seis principais temas. Os mesmos estão expressos na tabela a seguir:

Tabela 5 - As palavras-chave escolhidas para a categorização dos temas dos pronunciamentos do poder legislativo do governo Temer

TEMA	SUB-PALAVRA-CHAVE
Aniversário da Independência de Israel	Homenagem; lembrança; independência
Votação na UNESCO	UNESCO; patrimônio cultural; santuário
Solidariedade ao Povo Palestino	Palestina; ocupação; Resistência
Conflitos entre Israel e Palestina	Gaza; Violência; hostilidades
Relações Brasil e Israel	Territórios ocupados; Assentamentos; Jerusalém Oriental;
Embaixada de Tel-aviv para Jerusalém	Capital; embaixada; Estados Unidos

Fonte: elaboração própria

Em comparação ao engajamento dos parlamentares durante o governo Dilma, a principal diferença se dá no destaque progressivo das sessões anuais em Homenagem ao Estado de Israel. Durante todo o mandato do Presidente, tivemos sessões em celebração ao aniversário de independência do Estado judeu, com uma série de pronunciamentos de deputados que abordaram sobre a relação bilateral, sendo a maioria deles demandando por uma aproximação entre as duas nações. Boa parte dos deputados de partidos que criticaram o governo Dilma seus últimos anos, controlando o debate no plenário sobre Israel, continuaram nesta mesma postura. Vale ressaltar que boa parte dos discursos nas sessões em homenagem a Israel não estão disponíveis para acesso no Portal da Câmara dos Deputados, e não puderam ser incluídos em nosso banco de dados.

Durante todo o governo Temer, houve 57 discursos de parlamentares que se adequaram as nossas condições de filtragem, com um predomínio claro de três temas: Comentários sobre a “Votação na UNESCO” (26,3%); discursos nas sessões de “Homenagem ao Aniversário de Israel” (24,5%); e “Troca de embaixada de Tel-aviv” (19,2%).

Nos primeiros meses do novo governo, os pronunciamentos que mais se destacaram sobre o tema foram os proferidos no dia 19 de maio de 2016, em homenagem a data comemorativa da Independência de Israel. Naquela sessão, a qual novamente não foi possível levantar todos os pronunciamentos, destacamos o apoio a construção de uma nova relação com Israel, e a identificação de uma janela de oportunidade. Nas palavras de Darcísio Perondi (PMDB-SP):

Eu tenho certeza de que, com o novo Ministro das Relações Exteriores que nós temos no Brasil, o Senador José Serra, que foi muito bem recebido por todo o Itamaraty e pela média dos embaixadores e que ontem teve a oportunidade de dizer qual é a linha dele - uma nova visão de relações exteriores, uma visão da diplomacia brasileira, com

o novo Governo Michel, que tem uma visão também universal -, **o Brasil poderá, sim, ser um humilde auxiliar para diminuir o conflito entre palestinos e judeus e, acima de tudo, nós poderemos trocar mais com Israel.** (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, grifo nosso)

Segundo Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), naquela mesma sessão, “se Deus quiser, Brasil e Israel a partir de agora terão uma íntima ligação” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

4.2.1 – A repercussão do voto favorável brasileiro à resolução da UNESCO (2016)

No entanto, ao final de 2016, pudemos identificar uma série de pronunciamentos que são reflexos da votação do Brasil na UNESCO, acerca do patrimônio cultural. Segundo Fábio Sousa (PSDB/GO), em 20 de outubro:

O segundo assunto se refere à nota de repúdio que faço a decisão tomada pelo Itamaraty. (...) Há pouco, a UNESCO aprovou, por meio de votação, algo indicado pelos palestinos e apoiado pelo Brasil. Decidiu-se que a região onde fica o Muro das Lamentações e onde fica o templo mais importante para os muçulmanos naquela cidade é, segundo a resolução, sagrada apenas para os muçulmanos. (...) Jerusalém é uma cidade sagrada para os judeus e para os cristãos de todos os matizes, inclusive católicos e evangélicos. E o Governo brasileiro desconsiderou - repito, desconsiderou -, por meio do Itamaraty, seu órgão representativo junto à UNESCO, a posição dos brasileiros. Deixo aqui a **minha manifestação de repúdio a essa decisão e a minha crítica ao Governo**, que estou tentando ajudar. Muito obrigado, Sr. Presidente. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2016)

Da mesma forma, em 25 de outubro, o deputado Áureo (SD-RJ) encaminhou a mesma crítica:

Venho, Srs. Deputados, através deste pronunciamento, externar minha indignação, como também dizer que já pedi esclarecimentos ao Ministério das Relações Exteriores para saber que motivos fizeram o Brasil desconsiderar laços históricos e religiosos e endossar tal decisão. A resolução da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Nações Unidas - UNESCO resolveu associar somente nomes muçulmanos aos locais sagrados da Cidade Antiga. (...) O Conselho Executivo da UNESCO tem 58 países membros. A maioria deles é de nações muçulmanas, o que garantiu o apoio aos palestinos. Como a Palestina não é reconhecida como nação e tampouco é membro da comissão, seis Estados árabes apresentaram a proposta em nome dos palestinos: Argélia, Egito, Kuwait, Marrocos, Tunísia e Emirados Árabes Unidos. (...) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o local também é sagrado para todo o povo cristão, e a decisão da UNESCO, ao invés de unir povos e religiões, causa uma cisão, incitando ainda mais a violência. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2017)

Dentre os deputados que saíram em defesa do voto brasileiro, destacamos aqui a declaração do deputado Roberto da Lucena (PV-SP), o qual apresenta a linha cronológica das resoluções da UNESCO sobre o tema:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, (...) em abril último, esse Conselho [da UNESCO] deliberou sobre proposta de resolução apresentada por um conjunto de países árabes, cujo texto, aprovado por maioria, na oportunidade - 16 votos -, **apresenta pontos desequilibrados** e parciais, como o que não reconhece os vínculos de Israel com a cidade de Jerusalém oriental, a Esplanada dos Templos e o Monte do Templo.

O Brasil, através de sua representação, ainda sob o Governo anterior, votou a favor da resolução e, portanto, **votou contra Israel, mantendo a postura adotada ao longo dos últimos anos de distanciamento e esfriamento nas relações diplomáticas entre os dois países.**

No mês de outubro, esse Conselho Executivo voltou a se reunir e voltou a deliberar sobre essa mesma proposta de resolução. Dessa vez, o Brasil, sob um novo Governo, com uma nova postura, participou ativamente das discussões para construção de um novo texto, um texto mais evoluído. E nessa oportunidade, o voto do Brasil também foi favorável à resolução, como aquele do mês de abril. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2016)

Em seguida, o deputado explica seu posicionamento a favor do governo da seguinte forma:

(...) É importante dizer que, **mesmo tendo o voto sido favorável** à resolução no mês de abril e no mês de outubro, **há uma diferença essencial de postura** em relação ao posicionamento do Brasil quanto às duas resoluções.

No esforço que o Brasil fez, juntamente com outros países, para a evolução desse texto, um dos pontos que reputamos como desequilibrado, o que não reconhecia a vinculação de Israel com os lugares sagrados de Jerusalém oriental, foi retirado. (...) Portanto, o Brasil, sob a Presidência do Dr. Michel Temer, a liderança do Chanceler José Serra, através do seu corpo diplomático, assumiu uma nova postura, assumiu uma nova posição. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2016)

Curiosamente, em fevereiro do ano seguinte, o mesmo deputado se dirigiu à tribuna para abordar o mesmo tema, mas agora criticando a decisão do governo Temer e continuar com o voto favorável no Conselho da UNESCO:

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a delegação brasileira que representou o nosso País na (...) UNESCO infelizmente votou, mais uma vez, favoravelmente a uma resolução de claro viés anti-israelense.

Em pleno Dia da Independência de Israel, **o Brasil se alinhou a ditaduras e votou em desacordo com os nossos vizinhos latino-americanos**, aprovando posições absolutamente equivocadas. Esse voto não representa a Nação brasileira e ofende a memória de Osvaldo Aranha e dos heróis do Itamaraty que, arriscando as suas carreiras e a sua vida, combateram o holocausto. Trago a esta tribuna o meu repúdio a esse voto brasileiro contra Israel na UNESCO. (...)

Levei pessoalmente essa preocupação aos Ministros Antonio Patriota e Mauro Vieira, do Governo anterior, e à própria Presidente Dilma; levei pessoalmente essa preocupação ao Ministro José Serra, ao Ministro Aloysio Nunes e ao próprio Presidente Michel Temer. Mas fui um João Batista, uma voz que clama no deserto, pois, mais uma vez, não me deram ouvidos.

A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional ontem esteve na Embaixada de Israel, levando ao Embaixador Yossi Shelley, a sua solidariedade e **manifestando o seu descontentamento**. E esse descontentamento não será um

"segredo escondido", será perceptível! Continuaremos lutando para que o Brasil reveja seu posicionamento. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017)

Este último trecho do discurso do deputado ressalta novamente a participação da Frente Parlamentar Evangélica na contestação de votos do Brasil contrários aos interesses de Israel, da mesma forma contribui para um aumento do desalinhamento entre a retórica do legislativo com o executivo. Por fim, traremos o pronunciamento do deputado João Campos (PRB-SP), de 11 de maio de 2017, também conduzindo críticas não apenas a postura brasileira, mas a politização do tema em esfera internacional:

A posição do Governo brasileiro na UNESCO (...) não tem nenhuma harmonia com aquilo que pensa o povo, com aquilo que pensa a Nação cristã dentro do Brasil. Lamentavelmente. Deixo aqui o nosso registro de protesto, de desconformidade com a posição do Governo brasileiro. Isso é lamentável.
Israel, continue contando com o povo brasileiro, com o povo cristão, com o povo evangélico, com as nossas orações, com o nosso apoio nesta Casa, que é a Casa do povo, que não é a Casa do Governo. Conte com o nosso apoio. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017)

Em todos os dezessete pronunciamentos sobre a votação favorável do Brasil à resolução da UNESCO, promovidos entre 2016 e 2017, tivemos apenas quatro concordando com a decisão do governo, enquanto treze criticaram e discordaram. Em 2016, no total, tivemos um alinhamento entre os poderes de 82%, enquanto em 2017 esse nível caiu para 27%.

4.2.2 – O apoio a transferência de cidades da embaixada de Jerusalém (2017-8)

Além da polêmica que envolveu o voto brasileiro na UNESCO, o ano de 2017 foi fulcral para o aparecimento de mais discursos desalinhados com a posição brasileira. Após a vitória nas eleições dos Estados Unidos, o presidente eleito Donald Trump anunciou a transferência de embaixada em Israel de Tel-aviv para Jerusalém, reconhecendo a cidade sagrada como capital do Estado judeu. Na Câmara dos Deputados, pudemos identificar alguns discursos apoiando a decisão dos EUA, e demandando que o Brasil assumira essa decisão também. Em 1 de maio de 2017, o deputado Professor Victório Galli (PSC-MT) declarou:

Enquanto a ONU e o Brasil se alinham contra Israel, estamos vendo uma aproximação histórica e justa entre os Estados Unidos, a maior potência do planeta, e o povo judeu. (...) Acredito que o Ministério das Relações Exteriores, por meio do Ministro Aloysio Nunes Ferreira, deva dar o exemplo para os demais países. **Vamos resgatar a postura registrada pelo brasileiro Oswaldo Aranha, que em 1947** conduziu a Assembleia da ONU que reconheceu o direito de Israel. A diplomacia do nosso País entrou para a história, naquela ocasião, pelo apoio que demos ao Estado judeu. (...) Eu insisto: **mudemos a Embaixada do Brasil para Jerusalém e paremos de tentar**

deslegitimar o Estado de Israel e sua capital. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2017, grifo nosso)

Em 2018, boa parte dos discursos acerca da transferência de embaixada, de temas sobre Israel de modo geral, foram proferido durante a sessão em Homenagem ao Estado de Israel – fato que pode ser explicado pela diminuição de engajamento parlamentar no segundo semestre com a aproximação das eleições. Feito esse adendo, destacamos alguns discursos do dia 17 de maio, dia da realização da sessão, sobre o tema da transferência de embaixada. A seguir, segue um trecho do discurso do deputado Carlos Gomes (PRB-SP):

(...) É com muita alegria que me somo às celebrações pelos 70 anos de criação do Estado de Israel, país que teve o seu território oficializado em 1948, numa histórica sessão da Organização das Nações Unidas, presidida pelo gaúcho, brasileiro, alegretense Oswaldo Aranha. (...) Eu quero destacar a transferência da Embaixada americana de Tel Aviv para Jerusalém. Cabe ressaltar que países como Guatemala, Paraguai, Honduras e Romênia já tomaram a mesma decisão.

(...) Quero parabenizar os Estados Unidos pela iniciativa inicial, os demais países e dizer que eu, na condição de Deputado Federal, **espero que o Brasil siga o mesmo rumo e leve a Embaixada do Brasil para Jerusalém, a Capital de Israel**, a Capital do povo judeu, do povo cristão. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, grifo nosso)

No entanto, também houve discursos contrários a transferência de embaixada, que acabaram se alinhando a decisão final do governo Temer de não acompanhar a decisão dos EUA. Nas palavras do deputado Augusto Carvalho (SD-DF):

(...) Sr. Presidente, quando o Governo dos Estados Unidos, seguido de outros governos, transfere a sua Embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, atíça uma situação de perseguição, de discriminação, de opressão sobre um povo que tem de ter seus direitos reconhecidos. **Essa transferência da embaixada nada mais faz do que atíçar o ódio dos extremistas à direita e à esquerda, dos nacionalistas que não aceitam o caminho de uma paz sólida que seja construída através do lema de dois povos, dois países coabitando no mesmo território.**

Portanto, neste momento em que a humanidade inteira assiste estarecida aos massacres que ocorrem, ante a violência desproporcional dos das forças de segurança de Israel contra o povo palestino, eu me somo aqui, em solidariedade, a esse povo que luta pelo seu direito fundamental de existir com soberania, com seu território reconhecido, e exorto a comunidade internacional a que detenha esses extremistas que querem impedir a paz duradoura naquela região. (CAMARA DOS DEPUTADOS 2018, grifo nosso)

Erika Kokay (PT-DF), em reação ao discurso do deputado Augusto Carvalho, comunicou sua discordância com a decisão dos Estados Unidos sobre a embaixada, retomando o discurso de defesa da causa palestina que pudemos observar com frequência no governo Dilma:

(...) diz, com razão, o Deputado Augusto Carvalho que é uma relação absolutamente desigual. É absolutamente desigual um país querer oprimir outro país. Um país que

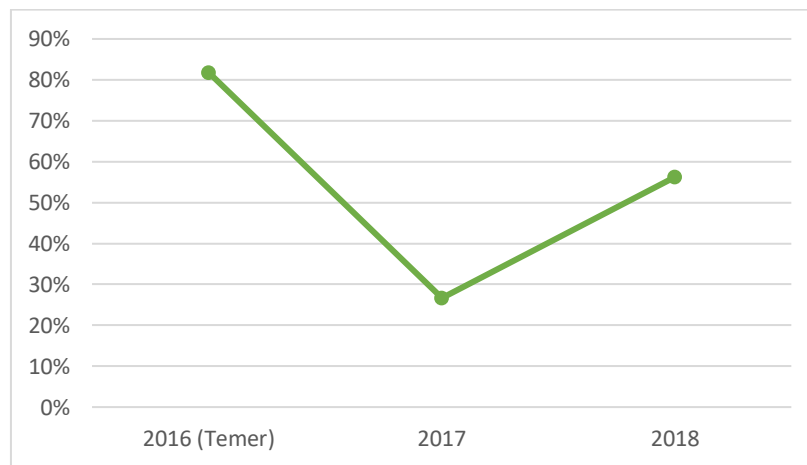
foi construído por aqueles que foram vítimas das mais profundas atrocidades durante a Segunda Guerra Mundial, o Estado de Israel, não pode, em função disso inclusive, oprimir um povo, uma nação que se faz nação e que está em todos os lugares do mundo e que tem direito ao seu próprio território.

Nesse sentido, **a posição daquele que ocupa o lugar de Presidente do Estados Unidos da América não contribui para assegurar os direitos dos povos palestinos.** (...) Uma potência, a potência estadunidense, que vive das armas, que vive das guerras, busca suplantar o conjunto do mundo. Essa potência não pode negar o direito do povo palestino. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2018, grifo nosso)

De todos os 11 discursos acerca da transferência de embaixada, três foram em concordância com a posição do governo em não seguir a decisão dos EUA, enquanto oito foram contrários ao governo. Em 2018, portanto, nosso levantamento nos traz um nível de 56% de alinhamento entre o executivo-legislativo, o qual foi impulsionado com alguns discursos da oposição que concordaram com a decisão do governo Temer acerca da questão da embaixada.

Em conclusão, ao reunirmos não apenas os pronunciamentos do nosso mapeamento descritivo, chegamos ao seguinte caminho do alinhamento da retórica do legislativo:

Gráfico 2 - Alinhamento dos discursos do legislativo em relação executivo do governo Temer acerca de temas sobre Israel



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Câmara dos Deputados (2022)

A união das pautas da UNESCO e da transferência de embaixada, em 2017, contribuíram para um aumento considerável das críticas ao governo Temer nas questões que envolveram Israel. Além do mais, os eventos externos a relação bilateral, como os escândalos de corrupção que foram revelados naquele ano, contribuíram para que o apoio a condução da política externa do governo fosse reduzido. Destacamos o grande destaque de deputados de bancada evangélica na condução dos temas que envolveram Israel, que foram essenciais para o aumento das críticas de ambos os governos que analisamos até aqui.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o fim desta pesquisa, pudemos identificar que as relações Brasil e Israel, desde sua origem entre os anos 1940-50, foram encaminhadas com relativa estabilidade. Durante todo o período que propusemos cobrir no primeiro capítulo, não identificamos eventos que trouxessem uma ameaça real de rompimento diplomático, mas isso não quer dizer que a relação bilateral se deu de forma continuamente otimista. Na primeira fase da relação até os anos 1970, existe um consenso entre os autores analisados sobre a posição de equidistância do Brasil em direção ao Oriente Médio, em um momento de ausência de políticas específicas para a região. Averiguamos, então, que Israel não foi dada como uma prioridade para os tomadores de decisão do Brasil, e as temáticas que envolviam o Estado judeu ficaram submetidas as diretrizes gerais de política externa.

A partir de 1973, muito devido as consequências do voto brasileiro a favor da Resolução 3379 da AGNU, a bibliografia fomenta de que a política externa brasileira foi redirecionada no governo Geisel – e as relações bilaterais com Israel foram desprezadas em prol de uma aproximação pragmática com os países árabes exportadores de petróleo. Mais uma vez, as diretrizes de política externa fizeram a diferença na condução da relação, em prol do que conhecemos como “pragmatismo responsável”. No restante das décadas 1980 e 1990, vimos como o Brasil teve pouco engajamento direto com o Estado de Israel – restrito a algumas visitas diplomáticas esparsas. Haja vista esta interação diplomática pouco frequente, é possível entender as razões para a bibliografia focar bastante nas posições brasileiras em fóruns multilaterais; a fim de reunir maiores informações sobre a imagem de Israel para os governos brasileiros.

Após a contextualização das relações históricas, pudemos indicar que o governo Dilma teve o desafio de viver as sombras do certo destaque que o Brasil conquistou internacionalmente no governo Lula. Apesar das controvérsias indicadas por essa busca por prestígio internacional, o governo Lula foi inédito ao tentar de várias formas destacar o país como um ator relevante no Oriente Médio – não apenas no quesito comercial, mas também como um possível mediador de conflitos. Contudo, o governo Dilma não soube resolver as instabilidades na relação com Israel, as quais escalonaram para duas graves crises diplomáticas entre os dois países em 2014 e 2016. Dito isso, observamos nos discursos do executivo boa parte das mesmas temáticas abordadas pelo governo Lula, mas em um cenário completamente adverso e com muito menos margem para erros.

Já no governo Temer, entendemos que houve uma janela de oportunidade para a mudança na política externa brasileira, muito devido aos discursos do chanceler José Serra – que acabou saindo do cargo em 2017 – e pela necessidade do governo de reunir apoio interno. Contudo, o que observamos foi, haja vista ambos os eventos da UNESCO e da transferência de embaixada, uma manutenção categórica da tradição diplomática brasileira para os temas que envolveram Israel, apenas com leves ajustes pautados em algumas notas do Itamaraty.

A fim de aprofundar os debates sobre a relação Brasil e Israel para além da história diplomática que observamos na bibliografia e nos discursos do executivo, propusemos observar para elementos da imagem de Israel para os deputados federais na Câmara dos Deputados. A partir deles, tivemos como objetivo avaliar a convergência da retórica do executivo e do legislativo nessa pauta.

Em vista disto, os primeiros anos Dilma foram destacados com um alto nível de apoio à condução da relação com Israel, havendo um predomínio de pronunciamentos que apoiavam o governo, e/ou estavam alinhados nas reproduções de certas pautas – como a autodeterminação do povo palestino e a crítica ao uso desproporcional da força por parte de Israel. Essa predominância, refletida nos altos níveis de alinhamento, permaneceu até 2013, em que deputados da base aliada do governo foram maioria na autoria dos discursos.

A repercussão interna das crises diplomáticas em 2014 e 2015, fundamentalmente, ocasionaram em um aumento latente na polarização das causas palestina e israelense – a qual desencadeou em ataques e críticas com tons mais agressivos. No entanto, é pela primeira vez que há uma oposição mais latente a condução do governo Dilma, fato que ficou evidente com a popularização das sessões em homenagem a independência de Israel, que de 2015 em diante começaram a receber mais a atenção dos parlamentares.

Em 2015 e ao início de 2016, além do governo ter perdido boa parte de seu apoio doméstico, pudemos observar um aumento pertinente de discursos da oposição citando as relações com Israel – principalmente de autoria de deputados da bancada evangélica, muito integrantes de partidos como PSC e PRB. Dessa forma, nosso indicador de alinhamento cai consideravelmente, apontando para um aumento das críticas ao governo Dilma, e um silenciamento da base governista neste tema. Tal inversão de vozes foi esclarecida de forma mais contundente ao final de 2015 e em 2016, quando o processo de *impeachment* já havia se tornado uma realidade.

Dito isso, ao invés da base governista sair em defesa do Brasil nesta nova crise diplomática, como ocorreu anteriormente, pudemos observar a maior parte dos discursos atacando a condução brasileira para com Israel, refletindo-se em outras temáticas levantadas.

Em 2016, na votação do *impeachment*, ficou claro que, principalmente para deputados já contrários a condução do governo, o tema de Israel foi determinante para a elevação das desavenças entre executivo e legislativo.

No governo Temer, as expectativas da relação eram em cenário mais amigável e menos crítico ao Estado de Israel, como pudemos observar tanto na postura do novo chanceler – José Serra – quanto dos discursos dos deputados após a interrupção do mandato de Dilma. Neste ponto, identificamos uma janela de oportunidade para mudança em política externa, mas que não foi aproveitada. Os eventos do voto brasileiro na UNESCO, que novamente repercutiram negativamente para a imagem doméstica da política externa brasileira, e a recusa de seguir os EUA na troca de embaixada, provocou um processo de desalinhamento da retórica entre o legislativo e o executivo em pautas sobre Israel – principalmente em 2017.

Este trabalho, mediante esse desenho de pesquisa, se propôs a trabalhar com a superfície da política externa neste recorte histórico. Além do uso de métodos mais sofisticados para o manuseio do banco de dados, reconhecemos que há outras fontes empíricas que podem ampliar a análise do conteúdo de discursos. Por exemplo, não consideramos em nossa pesquisa os discursos proferidos em comissões especiais na Câmara, os quais poderão fornecer mais informações sobre como a relação Brasil e Israel foi tratada pelos deputados – como no caso da CREDN (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

Sobre as abordagens da relação de alinhamento entre os poderes executivo e legislativo em pauta de política externa, os autores lidos para essa pesquisa acabam estabelecendo conclusões sobre o caráter burocrático-institucional da política brasileira, e pouco abordam sobre como essa relação ocorre na retórica. Se olharmos para o engajamento á nível burocrático nos governos Dilma e Temer, por exemplo, não iremos identificar uma contestação por parte do legislativo em acordos internacionais que envolveram Israel de alguma forma. Neste sentido, fica destacado para pesquisas futuras os debates proferidos durante a ratificação de tratados internacionais que envolveram Israel ou Palestina neste recorte histórico.

Por último, é importante abordar como o avanço de governos conservadores na década de 2010, essencialmente, trouxe um aprofundamento nas discussões sobre a função da imagem de Israel na política doméstica e externa de outros países, em especial ao protagonismo atribuído ao Estado judeu na opinião pública e no debate eleitoral. A relação bilateral entre o governo brasileiro e israelense; e as diversas temáticas polêmicas que envolveram a opinião pública (como o conflito israelo-palestino e a imagem de Israel para grupos religiosos, por exemplo) são apenas exemplos superficiais para entender o simbolismo que o Estado de Israel carrega para determinadas comunidades e grupos políticos no Brasil. Na academia brasileira,

existem diversos autores que debatem a política externa brasileira para Israel em vários recortes temporais, e cada contribuição é importante para aprofundar o entendimento da política externa sob seus vários níveis e facetas. A insatisfação de vários deputados com a condução da política externa do governo Temer, principalmente nos temas de Israel, talvez possa ter tido participação nas demandas por mudanças mais intensas no poder executivo, as quais desembocaram nos resultados das eleições de 2018.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Crescimento, Modernização e Política Externa**. São Paulo, Cultura Editores, 1996.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU. **Resolução 3379**. AG Index A/RES/3379 (XXX), dez de novembro de 1975. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/761C1063530766A7052566A2005B74D1>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BBC. A época em que o Brasil barrou milhares de judeus que fugiam do nazismo. **BBC News Brasil**. São Paulo, 20 de jan. de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46899583>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BOARIN, Paula; RESENDE, Ciro. Lobby e Política Externa no legislativo brasileiro: a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na Câmara dos Deputados. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n.27. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17455/8830>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BORGES, Mateus Schneider et al. A reorientação diplomática brasileira para o Oriente Médio sob Ernesto Geisel: o caso do Iraque. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 11, n. 20, 2018.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Aprovado o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Palestina. 2017, **Câmara dos Deputados**, n.p. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/aprovado-o-acordo-de-livre-comercio-mercosul-palestina>>. Acesso em: 16 jun. 2022

_____. **Discursos e Notas Taquigráficas**. 2022, n.p. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 17 mai. 2022.

CASARÕES, Guilherme; FELDBERG, Samuel. Israel and Brazil: A Long and Unstable Relationship (Part II). **Israel Journal of Foreign Affairs**, p. 1-20, 2021.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz?. **História (São Paulo)**, v. 33, p. 150-188, 2014.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: Contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**. v.5, n.24, jun-jul 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/47628>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CORSI, Francisco Luiz. Política externa, projeto nacional e política econômica ao final do Estado Novo. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 12, p. 67-93, 2008.

DECOL, René Daniel. Judeus no Brasil: explorando os dados censitários. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, p. 147-160, 2001.

DE ITAMARATY, Palacio. Repertório de Política Externa: Posições do Brasil. 2007.

DOESER, Fredrik; EIDENFALK, Joakim. The importance of windows of opportunity for foreign policy change. **International area studies review**, v. 16, n. 4, p. 390-406, 2013.

DOS SANTOS, Norma Breda. O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós (?) -sionismo. In: DOS SANTOS, Norma Breda (organizadora). **Brasil e Israel: diplomacia e sociedades**. Brasília, Editora: Universidade de Brasília, 2000.

DOS SANTOS, Norma Breda dos; UZIEL, Eduardo. Forty years of the United Nations general assembly resolution 3379 (XXX) on Zionism and racism: the Brazilian vote as an instance of United States-Brazil relations. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 58, p. 80-97, 2015.

FARIAS, Rogério de Souza; JÚNIOR, Haroldo Ramanzini. Reviewing horizontalization: the challenge of analysis in Brazilian foreign policy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 58, p. 5-22, 2015.

FELDBERG, Samuel. Israel and Brazil: A Long and Unstable Relationship Part I. **Israel Journal of Foreign Affairs**, v. 13, n. 3, p. 365-376, 2019.

G1. Veja a íntegra do discurso de Temer na abertura da assembleia da ONU. **G1**, Mundo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/veja-integra-do-discurso-de-temer-na-abertura-da-assembleia-da-onu.html>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

GROSSMAN, JONATHAN. Impartiality as a Lack of Interest: Israel, Brazil, the Jewish Diaspora, and the Question of Jerusalem. **Israel Studies**, v. 23, n.1, pg. 152-176, 2018.

HASAN, Hanaa. Relembrando a ofensiva israelense contra Gaza de 2014. **Monitor do Oriente Médio**. 8 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.monitordo Oriente.com/20200708-relembrando-a-ofensiva-israelense-contra-gaza-de-2014-2/>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

HERMANN, Charles. Changing course: when government choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**. v.34, n. 1. 1990: pg. 3-21. Disponível em: <<http://doi.org/10.2307/2600403>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

INSTITUTO BRASIL ISRAEL. **Aula: História das Relações entre Brasil e Israel – Guilherme Casarões – Parte 1**. Youtube, 11 jun. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xwев7tnD59s&ab_channel=InstitutoBrasil-Israel. Acesso em: 13 jun. 2022.

MATTOS, Angelo Raphael. Legislativo e política externa brasileira: os debates recorrentes na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados de 1999 a 2015. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 7, n. 1, p. 174-201, 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 108 Brasília: MRE, 2021. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 109 Brasília: MRE, 1011a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 110 Brasília: MRE, 2011b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 111 Brasília: MRE, 2012a. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>.

Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.

112 Brasília: MRE, 2013a. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>.

Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.

113 Brasília: MRE, 2013b. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>.

Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.

114 Brasília: MRE, 2014a. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>.

Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.

115 Brasília: MRE, 2014b. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>.

Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.

116 Brasília: MRE, 2015a. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>.

Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.

117 Brasília: MRE, 2015b. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>.

Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.

118 Brasília: MRE, 2016a. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>.

Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 119 Brasília: MRE, 2016b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 120 Brasília: MRE, 2017a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 121 Brasília: MRE, 2017b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 122 Brasília: MRE, 2018a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n. 115 Brasília: MRE, 2018b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha-1-2016.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 177-190, 1993.

UOL. Radar do Congresso. UOL, Disponível em: <<https://radar.congressoemfoco.com.br/governismo/camara>>. Acesso em: 20 jun. 2022

PASSARINHO, Nathalia; CALGARO, Fernanda. Por aclamação, PMDB oficializa rompimento com governo Dilma. G1; Política; 19 mar. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/por-aclamacao-pmdb-oficializa-rompimento-com-governo-dilma.html>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SANTANA, Carlos Ribeiro. **O Brasil e Conflito Árabe-Israelense-Palestino (1947-2005)**. 2005. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais); Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, André Luiz Reis da; SPOHR, Alexandre Piffero. A relação entre executivo e legislativo na formulação de política externa no Brasil. **Relações Internacionais (Lisboa)**. Lisboa, Portugal. N. 50 (jun. 2016), p. 123-140, 2016.

SILVA, André Luís Reis da; PÉREZ, José O. Lula, Dilma and Temer: The Rise and Fall of Brazilian Foreign Policy. **Latin American Perspectives**, V.46, n. 4, July 2019, p. 169–185. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582X19846521>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Internacional**. v.10, n. 49. jan-mar. 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/86954>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SILVA, Danielle Costa da; HERNÁNDEZ, Lorena Granja. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2020.

SILVA, Rodrigo Santiago da. **Os parlamentares são omissos ao debate da política externa? um exame dos Atos Internacionais no Congresso Nacional**. 2016, Tese de Doutorado. Doutorado em Ciência Política; Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SIMÕES, Bárbara Bruna de Oliveira. Política Externa do governo Michel Temer: Análise da publicação “Resenhas de Política Exterior do Brasil”, 2016-2017. **II Seminário Discente PPGCS**, PUC-RS, 2019. Disponível em: <<https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/1422/assets/edicoes/2019/arquivos/5.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SOCHACZWESKI, Monique. **O fim da equidistância: o veto brasileiro ao sionismo e a política externa do governo Geisel para o Oriente Médio (1974-1979)**, 2004, Dissertação de Mestrado. Mestrado em História; Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista brasileira de política internacional**, v. 47, p. 191-222, 2004.

VALOR. Palestina é aprovada como Estado observador não membro pela ONU. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 de nov. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2012/11/29/palestina-e-aprovada-como-estado-observador-nao-membro-pela-onu.ghhtml>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

VIGEVANI, Tullo; CALANDRIN, Karina Stange. Brazil's policy toward Israel and Palestine in Dilma Rouseff and Michel Temer's administrations: have there been any shifts?. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v.61, n.1: e009, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/bsmZ843TPQHWjKR8mpVNQyg/?lang=en>>. Acesso: 7 ago. 2021.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, vol. 29, n. 2, p. 273-335.

VIGEVANI, Tullo, KLEINAS, Alberto. Brasil-Israel: da Partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In: DOS SANTOS, norma Breda (organizadora). **Brasil e Israel: diplomacia e sociedades**. Brasília, Editora: Universidade de Brasília, 2000.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**, v. 15, p. 31-61, 2003.

ANEXO I – BANCO DE DADOS DO PODER EXECUTIVO (2011-2018)

Título	Autor	Data	Temática	Edição da Resenha	Página
GOVERNO DILMA (2011-2016)					
VOTAÇÃO NO CSNU SOBRE OS ASSENTAMENTOS ISRAELENSES NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS	Brasil na ONU	18/02/2011	Assentamentos na Cisjordânia	2011a	112
DECLARAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA	Dilma Rousseff	08/03/2011	Processo de Paz	2011a	128
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, AO JORNAL "O ESTADO DE S. PAULO	Antônio Patriota	25/02/2011	Assentamentos na Cisjordânia	2011a	225
CSNU DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, NO DEBATE SOBRE DIPLOMACIA PREVENTIVA DO CONSELHO	Antônio Patriota	22/09/2011	Processo de Paz	2011b	41
DISCURSO NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 66ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	Dilma Rousseff	21/09/2011	Processo de Paz	2011b	51
COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF A MOÇAMBIQUE	Dilma Rousseff	19/10/2011	Status da Palestina na ONU	2011b	193
COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF A ANGOLA	Dilma Rousseff	19/10/2011	Status da Palestina na ONU	2011b	197
COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE VICE-MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRICS SOBRE A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO E DO NORTE DA ÁFRICA	Vice-Ministro das Relações Exteriores do Brasil	24/11/2011	Processo de Paz	2011b	257
COMUNICADO CONJUNTO DOS ESTADOS PARTE DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS	Mercosul	21/12/2011	Processo de Paz	2011b	300

ENTREVISTA - "BRASIL NEGOCIA AÇÃO DIPLOMÁTICA JUNTO À SÍRIA" (O ESTADO DE S. PAULO 17/07/2011)	Antônio Patriota	17/07/2011	Status da Palestina na ONU	2011b	317
ENTREVISTA - "POTENCIAS SÃO INOPERANTES NA QUESTÃO PALESTINA, DIZ PATRIOTA" (FLHA DE S. PAULO)	Antônio Patriota	17/10/2011	Status da Palestina na ONU	2011b	245
"POTÊNCIAS SÃO INOPERANTES NA QUESTÃO PALESTINA, DIZ PATRIOTA" (FOLHA DE S. PAULO)	Antônio Patriota	17/11/2011	Status da Palestina na ONU	2011b	245
LANÇAMENTO DO PLANO DE RELAÇÕES INTERACIONAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA	Antônio Patriota	04/04/2012	Processo de Paz	2012a	39
COMUNICAÇÃO CONJUNTO POR OCASIÃO DO ENCONTRO ENTRE O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO REINO UNIDO, WILLIAM HAGUE	Antônio Patriota	18/01/2012	Processo de Paz	2012a	72
QUARTA CÚPULA DOS BRICS – DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI	Brics	23/03/2012	Processo de Paz	2012a	102
COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-ÍNDIA SOBRE A VISITA DE ESTADO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL À ÍNDIA	Dilma Rousseff	30/03/2012	Processo de Paz	2012a	111
COMUNICADO CONJUNTO ENTRE BRASIL E CHINA	Dilma Rousseff	21/06/2012	Processo de Paz	2012a	115
"SÍRIA TEM ARMA DE DESTRUIÇÃO EM MASSA", AFIRMA PATRIOTA ENTREVISTA CONCEDIDA AO JORNAL "FOLHA DE S. PAULO"	Antônio Patriota	18/05/2012	Processo de Paz	2012a	191

PALAVRAS DEL SEÑOR MINISTRO DE ESTADO ANTONIO PATRIOTA EM EL ACTO DE INAUGURACIÓN DEL CENTRO DE ESTUDIOS SOBRE LA DEMOCRACIA	Antônio Patriota	06/08/2012	Processo de Paz	2012b	29
DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NA ABERTURA DA 67 ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	Dilma Rousseff	25/09/2012	Processo de Paz	2012b	43
DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, POR OCASIÃO DA III CÚPULA DA ASPA	Dilma Rousseff	01/10/2012	Processo de Paz	2012b	49
DEBATE ABERTO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O ORIENTE MÉDIO	Embaixador do Brasil na ONU	25/07/2012	Processo de Paz	2012b	85
COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-SUÉCIA	Antônio Patriota	29/08/2012	Processo de Paz	2012b	98
COMUNICADO DOS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL SOBRE A SITUAÇÃO ENTRE ISRAEL E PALESTINA	Mercosul	17/11/2012	Conflitos entre Israel e Palestina	2012b	212
COMUNICADO ESPECIAL SOBRE A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO	Cadis	19/11/2012	Conflitos entre Israel e Palestina	2012b	227
DECLARAÇÃO DO IBAS SOBRE O CONFLITO EM GAZA	Ibas	21/11/2012	Conflitos entre Israel e Palestina	2012b	252
INTERVENÇÃO DA REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS DURANTE O DEBATE SOBRE A CONCESSÃO DE STATUS DE ESTADO OBSERVADOR NÃO-MEMBRO À PALESTINA	Embaixadora do Brasil na ONU	30/11/2012	Status da Palestina na ONU	2012b	263
COMUNICADO CONJUNTO DA PRESENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DILMA ROUSSEFF, E DO	Dilma Rousseff	14/12/2012	Conflitos entre Israel e Palestina	2012b	326

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, VLADIMIR VLADIMIROVICH PUTIN					
ARTIGO "O TEAR REMOTO DA PAZ"	Antônio Patriota	23/09/2012	Processo de Paz	2012b	349
Entrevista: "DIPLOMACIA NÃO É PUBLICIDADE" ENTREVISTA CONCEDIDA À REVISTA ISTOÉ	Antônio Patriota	23/07/2012	Processo de Paz	2012b	355
DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES POR OCASIÃO DA 22ª SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS (SEGMENTO DE ALTO NÍVEL)	Antônio Patriota	25/02/2013	Processo de paz	2013a	43
DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, DURANTE A CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA 2011/2013 DO INSTITUTO RIO BRANCO	Dilma Rousseff	18/06/2013	Processo de paz	2013a	73
DECLARAÇÃO CONJUNTA APROVADA POR OCASIÃO DA VI CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA	Dilma Rousseff	24/01/2013	Processo de paz	2013a	188
REINO UNIDO SEDIA REUNIÃO DE DIÁLOGO ESTRATÉGICO COM O BRASIL	Antônio Patriota	04/02/2013	Processo de paz	2013a	225
III CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (ASA) - DECLARAÇÃO DE MALABO	Dilma Rousseff	23/02/2013	Processo de paz	2013a	240
COMUNICADO CONJUNTO EMITIDO POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO, MOHAMED MORSI, AO BRASIL	Dilma Rousseff	08/05/2013	Processo de paz	2013a	292
ARTIGO - "DIPLOMACIA E PROTEÇÃO DE CIVIS" (O ESTADO DE S. PAULO)	Antônio Patriota	20/02/2013	Processo de paz	2013a	251
ENTREVISTA - "PARA MUITAS QUESTÕES NÃO	Antônio Patriota	04/02/2013	Processo de paz	2013a	360

HÁ SOLUÇÃO MILITAR", ENTREVISTA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA A DEUTSCHE WELLE					
ENTREVISTA - "PARA MUITAS QUESTÕES NÃO HÁ SOLUÇÃO MILITAR", ENTREVISTA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA A DEUTSCHE WELLE	Antônio Patriota	04/02/2013	Processo de paz	2013a	361
DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF, NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 68ª ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	Dilma Rousseff	24/09/2013	Processo de paz	2013b	52
ENTREVISTA - "PARA MUITAS QUESTÕES NÃO HÁ SOLUÇÃO MILITAR", ENTREVISTA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA A DEUTSCHE WELLE	Dilma Rousseff	24/09/2013	Processo de paz	2013b	52
DEBATE NO CONSELHO DE SEGURANÇA SOBRE A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO - INTERVENÇÃO BRASILEIRA	Embaixador do Brasil na ONU	23/07/2013	Processo de paz	2013b	149
DECLARAÇÃO DO IBAS SOBRE O PROCESSO DE PAZ NO ORIENTE MÉDIO	Ibas	23/08/2013	Processo de paz	2013b	149
24ª SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU - PRONUNCIAMENTO DA EMBAIXADORA DO BRASIL, MARIA NAZARETH FARANI AZEVEDO	Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo	21/09/2013	Assentamentos na Cisjordânia	2013b	171
COMUNICADO CONJUNTO DO IBAS	IBAS	25/09/2013	Processo de paz	2013b	173
REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRICS À MARGEM DA 68ª ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS - COMUNICADO A IMPRENSA	BRICS	26/09/2013	Processo de paz	2013b	181
DECLARAÇÃO CONJUNTA - VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS	Luiz Alberto Figueiredo	02/10/2013	Processo de paz	2013b	187

ESTRANGUEIROS DO CAZAQUISTÃO, ERLAN IDRISOV					
DISCURSO PROFERIDO PELO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO A ONU, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIORA, EM DEBATE ABERTO DO CSNU SOBRE O TEMA "WAR, ITS LESSONS, AND THE SEARCH FOR PERMANENT PEACE"	Antônio Patriota	02/02/2014	Processo de paz	2014a	19
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, NA CREDN DO SENADO FEDERAL	Luiz Alberto Figueiredo	06/02/2014	Processo de paz	2014a	42
VII CÚPULA BRASIL-EU APROVA COMUNICADO CONUNTO	Itamaraty (Nota)	24/02/2014	Processo de paz	2014a	184
POSSE DO GOVERNO DE UNIÃO NACIONAL PALESTINO	Itamaraty (Nota)	06/06/2014	Processo de paz	2014a	203
DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, DURANTE A ABERTURA DA SESSÃO PLENÁRIA DA 46A CÚPULA DO MERCOSUL	Dilma Rousseff	29/07/2014	Processo de paz	2014b	37
DISCURSO PROFERIDO PELA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NA ABERTURA DO DEBATE DE ALTO NÍVEL DA 69A ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	Dilma Rousseff	08/10/2014	Processo de paz	2014b	51
STATEMENT DELIVERED BY THE SECRETARY GENERAL OF FOREIGN AFFAIRS, EDUARDO SANTOS, ON THE OCCASION OF THE GAZA RECONSTRUCTION CONFERENCE	Embaixador Eduardo Santos	13/10/2014	Processo de paz	2014b	56
SITUAÇÃO EM ISRAEL E NA PALESTINA	Itamaraty (Nota)	01/07/2014	Conflito entre Israel e Palestina	2014b	81

SEQUESTRO E ASSASSINATO DE PALESTINO EM JERUSALEM ORIENTAL	Itamaraty (Nota)	03/07/2014	Conflito entre Israel e Palestina	2014b	82
VI CÚPULA BRICS - DECLARAÇÃO DE FORTALEZA	BRICS	15/07/2014	Processo de paz	2014b	102
CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA	Itamaraty (Nota)	17/07/2014	Conflito entre Israel e Palestina	2014b	152
CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA	Itamaraty (Nota)	23/07/2014	Conflito entre Israel e Palestina	2014b	201
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO MINISTRO DO JAPÃO, SHINZO ABE - COMUNICADO CONJUNTO DA VISITA OFICIAL DE TRABALHO	Dilma Rousseff	07/08/2014	Processo de paz	2014b	238
CESSAR-FOGO NO ORIENTE MÉDIO	Itamaraty (Nota)	28/08/2014	Conflito entre Israel e Palestina	2014b	246
CONDENAÇÃO A ATENTADO EM JERUSALEM	Itamaraty (Nota)	19/11/2014	Conflito entre Israel e Palestina	2014b	248
DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO	Itamaraty (Nota)	25/01/2015	Homenagem	2015a	54
COMUNICADO CONJUNTO - IV DIÁLOGO ESTRATÉGICO BRASIL-REINO UNIDO	Mauro Vieira	25/02/2015	Processo de Paz	2015a	66
SITUAÇÃO DO BRASILEIRO ISLAM HAMED	Itamaraty (Nota)	19/05/2015	Caso do brasileiro Hamed	2015a	126
SITUAÇÃO DO BRASILEIRO ISLAM HAMED	Itamaraty (Nota)	17/05/2015	Caso do brasileiro Hamed	2015a	279
COMUNICADO CONJUNTO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF E DO PRESIDENTE BARACK OBAMA	Dilma Rousseff	30/05/2015	Processo de Paz	2015a	340
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DO DEBATE ABERTO NO CSONU "SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA E COMABTE Á	Mauro Vieira	30/09/2015	Processo de Paz	2015b	62

AMERAÇA TERRORISTA NA REGIÃO					
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, NA PLENÁRIA DA IV ASPA	Mauro Vieira	11/11/2015	Processo de Paz	2015b	77
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE FINAL DE ANO NO MRE	Mauro Vieira	09/12/2015	Processo de Paz	2015b	87
COMUNICADO CONJUNTO - VII CÚPULA DOS BRICS	Dilma Rousseff	09/07/2015	Processo de Paz	2015b	129
SITUAÇÃO DO BRASILEIRO ISLAM HAMED	Itamaraty (Nota)	24/07/2015	Caso do brasileiro Hamed	2015b	196
SITUAÇÃO NA PALESTINA E EM ISRAEL	Itamaraty (Nota)	03/08/2015	Conflito entre Israel e Palestina	2015b	198
COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DAS PRIMEIRAS CONSULTAS INTERGOVERNAMENTAIS DA ALTO NÍVEL BRASIL-ALEMANHA	Dilma Rousseff	20/08/2015	Processo de Paz	2015b	204
SITUAÇÃO NA PALESTINA E EM ISRAEL	Itamaraty (Nota)	09/10/2015	Conflito entre Israel e Palestina	2015b	238
DECLARAÇÃO DE RIADE	Itamaraty (Nota)	24/11/2015	Processo de Paz	2015b	298
DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINO	Itamaraty (Nota)	26/11/2015	Homenagem	2015b	354
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO AOS EMBAIXADORES ÁRABES	Mauro Vieira	02/05/2016	Processo de paz	2016a	57
ATENTADOS EM TEL AVIV, PETAH TIKVA E JERUSÁLEM ORIENTAL	Itamaraty (Nota)	09/03/2015	Conflito entre Israel e Palestina	2016a	104
ATAQUE TERRORISTA EM TEL AVIV	Itamaraty (Nota)	08/06/2016	Conflito entre Israel e Palestina	2016a	147
DECISÃO DO CONSELHO EXECUTIVO DA UNESCO SOBRE O PATRIMÔNIO	Itamaraty (Nota)	09/06/2016	Votação na UNESCO	2016a	147

CULTURAL NOS TERRITÓRIOS OCUPADOS					
GOVERNO TEMER (2016-2018)					
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES JOSÉ SERRA, NA HOMENAGEM AOS ATLETAS ISRAELENSES MORTOS EM MUNIQUE (1972)	José Serra	14/08/2016	Homenagem	2016b	27
MORTE DE SHIMON PERES	José Serra	28/09/2016	Homenagem	2016b	110
VISITA DO MINISTRO JOSÉ SERRA A ISRAEL	Itamaraty (Nota)	30/09/2016	Processo de paz	2016b	112
ATENTADO EM JERUSALEM	Itamaraty (Nota)	10/10/2016	Conflito entre Israel e Palestina	2016b	134
VIII CÚPULA DO BRICS	BRICS	15/10/2016	Processo de paz	2016b	142
DECLARAÇÃO CONJUNTA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA PORTUGUESA POR OCASIÃO DA XII CIMEIRA BRASIL-PORTUGAL	Michel Temer	01/11/2016	Processo de paz	2016b	231
COMUNICADO - ATAQUE TERRORISTA EM JERUSALEM	Itamaraty (Nota)	08/01/2017	Conflito entre Israel e Palestina	2017a	49
COMUNICADO - ASSENTAMENTOS ISRAELENSES NA CISJORDÂNIA	Itamaraty (Nota)	12/02/2017	Assentamentos na Cisjordânia	2017a	87
COMUNICADO - ANÚNCIO DE NOVO ASSENTAMENTO NA PALESTINA	Itamaraty (Nota)	04/04/2017	Assentamentos na Cisjordânia	2017a	114
COMUNICADO CONJUNTO DA REUNIÃO DOS CHANCELERES DO BRICS EM PEQUIM	BRICS	20/06/2017	Processo de paz	2017a	163
ARTIGO - O BRASIL CONTRA O ANTISSEMITISMO	Aluysio Nunes	29/06/2017	Votação na UNESCO	2017a	205
IX CÚPULA DO BRICS	BRICS	04/09/2017	Processo de paz	2017b	159
REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRICS À MARGEM DA AGNU	BRICS	22/09/2017	Processo de paz	2017b	184

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL	IBSA	31/10/2017	Processo de paz	2017b	210
NOTA Á IMPRENSA	Itamaraty (Nota)	07/12/2017	Processo de paz	2017b	238
STATUS DE JERUSALÉM	Itamaraty (Nota)	29/12/2017	Processo de paz	2017b	242
ARTIGO - "Vemos no Oriente Médio nações vibrantes, terra de oportunidades"	Aluysio Nunes	27/02/2018	Homenagem	2018a	209
X CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO DE GOVERNO DO BRICS	Michel Temer	27/07/2018	Processo de paz	2018b	68
REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRICS	Aluysio Nunes	27/09/2018	Processo de paz	2018b	100

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, elaboração própria.

ANEXO II – BANCO DE DADOS DO PODER LEGISLATIVO (2011-2018)

Nome	Partido	Data	Temática	Alinhado com o governo?	Registro de publicação
------	---------	------	----------	-------------------------------	---------------------------

GOVERNO DILMA (2011-2016)					
Anthony Garotinho	PR	16/02/2011	Parcerias Brasil e Israel	SIM	DCD17/02/2011 PAG. 7160
Roberto de Lucena	PV	01/03/2011	Parcerias Brasil e Israel	NÃO	DCD02/03/2011 PAG. 10022
Jefferson Campos	PSB	01/03/2011	Parcerias Brasil e Israel	NÃO	DCD02/03/2011 PAG. 10125
Jair Bolsonaro	PP	04/05/2011	Terrorismo	NÃO	DCD05/05/2011 PAG. 21547
Lourival Mendes	PTdoB	05/05/2011	Parcerias Brasil e Israel	NÃO	DCD03/05/2011 PAG. 20725
Ivan Valente	PSOL	25/05/2011	Processo de paz	SIM	DCD26/05/2011 PAG. 26203
Perpétua Almeida	PCDOB	25/05/2011	Processo de Paz	SIM	DCD26/05/2011 PAG. 26115
Augusto Carvalho	PPS	01/06/2011	Solidariedade Palestina	SIM	DCD02/06/2011 PAG. 27949
Jefferson Campos	PSB	08/06/2011	Parcerias Brasil e Israel	SIM	DCD09/06/2011 PAG. 29294
Augusto Carvalho	PPS	19/09/2011	Solidariedade Palestina	SIM	DCD20/09/2011 PAG. 52098
Sibá Machado	PT	20/09/2011	Solidariedade Palestina	SIM	DCD21/09/2011 PAG. 52365
Jandira Fechali	PCDOB	21/09/2011	Solidariedade Palestina	SIM	DCD22/09/2011 PAG. 52826
Ivan Valente	PSOL	22/09/2011	Processo de paz	SIM	DCD23/09/2011 PAG. 53324
Alfredo Sirkis	PV	28/09/2011	Solidariedade Palestina	SIM	DCD28/09/2011 PAG. 53675
Augusto Carvalho	PPS	14/10/2011	Palestina na ONU	SIM	DCD15/10/2011 PAG. 56635
Ivan Valente	PSOL	01/11/2011	Status da Palestina na ONU	SIM	DCD02/11/2011 PAG. 59664
Arnaldo Jordy	PPS	09/11/2011	Status da Palestina na ONU	SIM	DCD10/11/2011 PAG. 61132
Arnaldo Jordy	PPS	09/11/2011	Status da Palestina na ONU	SIM	DCD10/11/2011 PAG. 61132
Chico Alencar	PSOL	17/11/2011	Status da Palestina na ONU	SIM	DCD18/11/2011 PAG. 62125
Erika Kokay	PT	18/11/2011	Status da Palestina na ONU	SIM	DCD19/11/2011 PAG. 62317
Sibá Machado	PT	29/11/2011	Solidariedade Palestina	SIM	DCD30/11/2011 PAG. 63924
Jô Moraes	PCDOB	29/11/2011	Solidariedade Palestina	SIM	DCD30/11/2011 PAG. 63983

Ivan Valente	PSOL	29/11/2011	Solidariedade Palestina	SIM	DCD30/11/2011 PAG. 63987
Arnaldo Jordy	PPS	29/11/2011	Solidariedade Palestina	SIM	DCD30/11/2011 PAG. 64122
Marina Santanna	PT	30/11/2011	Solidariedade Palestina	SIM	DCD01/12/2011 PAG. 64283
Chico Alencar	PSOL	30/11/2011	Solidariedade Palestina	SIM	DCD01/12/2011 PAG. 64341
Simão Sessim	PP	14/12/2011	Processo de Paz	SIM	DCD15/12/2011 PAG. 67262
Walter Feldman	PSDB	21/03/2012	Terrorismo	NÃO	DCD22/03/2012 PAG. 7836
Pastor Marco Feliciano	PSC	29/03/2012	Terrorismo	NÃO	DCD30/03/2012 PAG. 9560
Alfredo Sirkis	PV	11/04/2012	Processo de paz	SIM	DCD12/04/2012 PAG. 11225
Perpétua Almeida	PCDOB	12/04/2012	Processo de paz	SIM	DCD13/04/2012 PAG. 11652
Marina Santanna	PT	15/05/2012	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD16/05/2012 PAG. 16960
Walter Feldman	PSDB	22/05/2012	Aniversário Israel	SIM	DCD23/05/2012 PAG. 18216
Walter Feldman	PSDB	30/05/2012	Terrorismo	SIM	DCD31/05/2012 PAG. 19580
Walter Feldman	PSDB	06/06/2012	Relações com o Irã	NÃO	DCD07/06/2012 PAG. 20680
Alfredo Sirkis	PV	11/09/2012	Processo de paz	SIM	DCD12/09/2012 PAG. 31668
Arolde de Oliveira	PSD	09/10/2012	Processo de paz	SIM	DCD10/10/2012 PAG. 32794
Delegado Protógenes	PCDOB	08/11/2012	Processo de paz	SIM	DCD09/11/2012 PAG. 36281
Glauber Braga	PSB	19/11/2012	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD20/11/2012 PAG. 37506
Luiz Couto	PT	19/11/2012	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD20/11/2012 PAG. 37509
Hugo Leal	PSC	21/11/2012	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD22/11/2012 PAG. 38255
Jô Moraes	PCdoB	21/11/2012	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD22/11/2012 PAG. 38388
Jair Bolsonaro	PP	21/11/2012	Conflitos entre Israel e Palestina	NÃO	DCD23/11/2012 PAG. 38570
Ivan Valente	PSOL	22/11/2012	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD23/11/2012 PAG. 38572
Ivan Valente	PSOL	28/02/2013	Solidariedade Palestina	SIM	DCD01/03/2013 PAG. 3229
Ronaldo Zulke	PT	29/04/2013	Parcerias Brasil e Israel	SIM	DCD30/04/2013 PAG. 14319
Onix Lorenzoni	DEM	17/06/2013	Terrorismo	SIM	DCD18/06/2013 PAG. 24778
Perpétua Almeida	PCDOB	09/09/2013	Processo de paz	SIM	DCD10/09/2013 PAG. 39415
Jair Bolsonaro	PP	17/09/2013	Relações com o Irã	NÃO	DCD18/09/2013 PAG. 40952
Perpétua Almeida	PCDOB	08/10/2013	Processo de Paz	SIM	DCD09/10/2013 PAG. 46139

Augusto Carvalho	SDD	29/11/2013	Solidariedade Palestina	SIM	DCD30/11/2013 PAG. 56834
Perpétua Almeida	PCDOB	03/12/2013	Relações com o Irã	SIM	DCD04/12/2013 PAG. 57313
Ivan Valente	PSOL	12/12/2013	Processo de Paz	SIM	DCD13/12/2013 PAG. 59404
Fátima Pelaes	PMDB	21/05/2014	Aniversário de Israel	NÃO	DCD22/05/2014 PAG. 21
Vieira da Cunha	PDT	21/05/2014	Aniversário de Israel	SIM	DCD22/05/2014 PAG. 21
Arolde de Oliveira	PSD	21/05/2014	Aniversário de Israel	SIM	DCD 22/05/2014
Mauro Benevides	PMDB	21/05/2014	Aniversário de Israel	SIM	DCD 22/05/2014
Pastor Eurico	PSB	21/05/2014	Aniversário de Israel	SIM	DCD 22/05/2014
Vitor Paulo	PRB	21/05/2014	Aniversário de Israel	NÃO	DCD 22/05/2014
Stefano Aguiar	PSB	21/05/2014	Aniversário de Israel	NÃO	DCD 22/05/2014
Roberto da Lucena	PV	21/05/2014	Aniversário de Israel	SIM	DCD 22/05/2014
Luiz Carlos Haully	PSDB	21/05/2014	Aniversário de Israel	NÃO	DCD 22/05/2014
Vicentinho	PT	21/05/2014	Aniversário de Israel	SIM	DCD 22/05/2014
Hugo Napoleão	PSD	21/05/2014	Aniversário de Israel	NÃO	DCD 22/05/2014
Rosinha da Adefal	PTdoB	21/05/2014	Aniversário de Israel	NÃO	DCD 22/05/2014
Benedita da Silva	PT	21/05/2014	Aniversário de Israel	SIM	DCD22/05/2014 PAG. 300
Fernando Ferro	PT	14/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD15/07/2014 PAG. 87
Chico Alencar	PSOL	15/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD16/07/2014 PAG. 30
Jandira Fechalí	PCDOB	15/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD16/07/2014 PAG. 40
Inocência Oliveria	PR	15/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD16/07/2014 PAG. 93
Jô Moraes	PCDOB	15/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD16/07/2014 PAG. 93
Amauri Teixeira	PT	15/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD16/07/2014 PAG. 93
Sibá Machado	PT	15/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD16/07/2014 PAG. 94
Amauri Teixeira	PT	15/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD16/07/2014 PAG. 96
Jandira Fechalí	PCDOB	15/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD16/07/2014 PAG. 112
Jair Bolsonaro	PR	15/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	NÃO	DCD16/07/2014 PAG. 112
Lincoln Portela	PR	15/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD16/07/2014 PAG. 112
Maria do Rosário	PT	15/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD16/07/2014 PAG. 114
Domingo Dutra	Solida	16/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD17/07/2014 PAG. 16
Ivan Valente	PSOL	16/07/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD17/07/2014 PAG. 43
Fernando Ferro	PT	05/08/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD06/08/2014 PAG. 34

Amauri Teixeira	PT	05/08/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD06/08/2014 PAG. 73
Sarney Filho	PV	05/08/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD06/08/2014 PAG. 108
Ivan Valente	PSOL	06/08/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD07/08/2014 PAG. 51
Lourival Mendes	PTDOB	06/08/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	NÃO	DCD07/08/2014 PAG. 106
Hugo Leal	PROS	03/09/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD04/09/2014 PAG. 63
Jair Bolsonaro	PP	14/10/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	NÃO	DCD15/10/2014 PAG. 58
Jefferson Campos	PSD	19/11/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	NÃO	DCD20/11/2014 PAG. 105
Sandro Alex	PPS	26/11/2014	Conflitos entre Israel e Palestina	SIM	DCD27/11/2014 PAG. 23
Sergio Zveiter	PSD	19/03/2015	Dia Imigração Judaica	SIM	DCD20/03/2015 PAG. 80
Marco Feliciano	PSC	05/05/2015	Terrorismo	NÃO	DCD06/05/2015 PAG. 287
Stefano Aguiar	PSB	19/05/2015	Terrorismo	SIM	DCD14/05/2015 PAG. 465
Pastor Eurico	PSB	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD21/05/2015 PAG. 18
Aureo Ribeiro	SD	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD21/05/2015 PAG. 18
Marcos Rogério	PDT	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD21/05/2015 PAG. 18
João Campos	PSDB	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD21/05/2015 PAG. 18
Sóstenes Cavalcante	PSD	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD21/05/2015 PAG. 18
Onyx Lorenzoni	DEM	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD 21/05/2015
Professor Victório Galli	PSC	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD 21/05/2015
Jony Marcos	PRB	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD 21/05/2015
Ronaldo Nogueira	PTB	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD 21/05/2015
Ezequiel Teixeira	SD	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD 21/05/2015
Ronaldo Fonseca	PROS	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD 21/05/2015
Pastor Eurico	PSB	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD 21/05/2015
Franklin	PTdoB	20/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD 21/05/2015
Márcio Marinho	PRB	20/05/2015	Conflitos entre Israel e Palestina	NÃO	DCD21/05/2015 PAG. 79

Pastor Eurico	PRB	21/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD27/05/2015 PAG. 44
Jair Bolsonaro	PP	21/05/2015	Brasil/Irã	NÃO	DCD22/05/2015 PAG. 141
Pastor Eurico	PSB	26/05/2015	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD27/05/2015 PAG. 44
João Daniel	PT	02/06/2015	Solidariedade Povo Palestino	SIM	DCD03/06/2015 PAG. 42
Augusto Carvalho	SD	17/06/2015	Islam Hamed	SIM	DCD18/06/2015 PAG. 128
Vinicius Carvalho	PRB	25/06/2015	Rel. Br-Is	SIM	DCD26/06/2015 PAG. 209
Fernando Marroni	PT	30/06/2015	Peace Process	SIM	DCD01/07/2015 PAG. 25
Carlos Marun	PMDB	06/08/2015	Dani Dayan	SIM	DCD07/08/2015 PAG. 105
Ricardo Izar	PSD	13/08/2015	Dani Dayan	SIM	DCD14/08/2015 PAG. 89
Marco Feliciano	PSC	20/08/2015	Relação Brasil e Israel	NÃO	DCD21/08/2015 PAG. 58
Marco Feliciano	PSC	02/09/2015	Reconhec. Palestina	NÃO	DCD03/09/2015 PAG. 275
Jony Marcos	PRB	23/09/2015	Dani Dayan	NÃO	DCD24/09/2015 PAG. 78
Carlos Marun	PMDB	30/09/2015	Reconhec. Palestina	SIM	DCD01/10/2015 PAG. 328
Jandira Feghali	PCDOB	17/11/2015	Terrorismo	NÃO	DCD18/11/2015 PAG. 77
Roberto da Lucena	PV	16/04/2016	Relações Brasil-Israel	NÃO	DCD17/04/2016 PAG. 54
Roberto Sales	PRB	17/04/2016	Relações Brasil-Israel	NÃO	DCD18/04/2016 PAG. 93
GOVERNO TEMER (2016-2018)					
Jony Marcos	PRB	19/05/2016	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD20/05/2016 PAG. 8
Jony Marcos	PRB	19/05/2016	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD20/05/2016 PAG. 8
Roberto de Lucena	PV	19/05/2016	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD20/05/2016 PAG. 8
Eduardo Bolsonaro	PSC	19/05/2016	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD20/05/2016 PAG. 8
Jair Bolsonaro	PSC	19/05/2016	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD 20/05/2016
Sóstenes Cavalcante	DEM	19/05/2016	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD 20/05/2016
Roberto Sales	PRB	19/05/2016	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD 20/05/2016
Ronaldo Fonseca	PROS	19/05/2016	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD 20/05/2016

Darcísio Perondi	PMDB	19/05/2016	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD 20/05/2016
João Campos	PRB	19/05/2016	Dani Dayan	SIM	DCD 20/05/2016
Geovania de Sá	PSDB	19/05/2016	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD 20/05/2016
Roberto da Lucena	PV	14/09/2016	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD15/09/2016 PAG. 112
Paes Landim	PTB	06/10/2016	Homenagem a Shimon Peres	SIM	DCD08/02/2017 PAG. 54
Roberto da Lucena	PV	17/10/2016	Votação da UNESCO	SIM	DCD18/10/2016 PAG. 66
Fábio Sousa	PSDB	17/10/2016	Votação da UNESCO	NÃO	DCD18/10/2016 PAG. 92
Floriano Pesaro	PSDB	20/10/2016	Votação da UNESCO	SIM	DCD21/10/2016 PAG. 36
Jony Marcos	PRB	20/10/2016	Votação da UNESCO	NÃO	DCD21/10/2016 PAG. 40
Carlos Gomes	PRB	25/10/2016	Votação da UNESCO	NÃO	DCD26/10/2016 PAG. 35
Aureo	SD	26/10/2016	Votação da UNESCO	NÃO	DCD27/10/2016 PAG. 85
Carlos Marun	PMDB	01/11/2016	Processo de paz	SIM	DCD02/11/2016 PAG. 10
Roberto de Lucena	PV	01/11/2016	Votação da UNESCO	SIM	DCD02/11/2016 PAG. 20
Carlos Marun	PMDB	10/11/2016	Processo de paz	SIM	DCD11/11/2016 PAG. 57
Roberto de Lucena	PV	07/02/2017	UNESCO	NÃO	DCD08/02/2017 PAG. 33
Sóstenes Cavalcante	DEM	04/05/2017	UNESCO	NÃO	DCD05/05/2017 PAG. 110
Jony Marcos	PRB	10/05/2017	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD 11/05/2017
Takayama	PSC	10/05/2017	Homenagem ao Estado de Israel	NÃO	DCD 11/05/2017
Fábio Sousa	PSDB	10/05/2017	UNESCO	NÃO	DCD 11/05/2017
João Campos	PRB	10/05/2017	UNESCO	NÃO	DCD 11/05/2017
Pastor Eurico	PHS	10/05/2017	UNESCO	NÃO	DCD 11/05/2017
Professor Victório Galli	PSC	10/05/2017	UNESCO	NÃO	DCD 11/05/2017
Professor Victório Galli	PSC	10/05/2017	UNESCO	NÃO	DCD 11/05/2017
Roberto de Lucena	PV	11/05/2017	UNESCO	NÃO	DCD12/05/2017 PAG. 42
João Daniel	PT	01/06/2017	Solidariedade ao Povo Palestino	SIM	DCD02/06/2017 PAG. 121
Professor Victório Galli	PSC	01/06/2017	Embaixada Jerusalem	NÃO	DCD02/06/2017 PAG. 94

Professor Victório Galli	PSC	04/07/2017	Embaixada Jerusalem	NÃO	DCD05/07/2017 PAG. 177
Marco Feliciano	PSC	11/07/2017	UNESCO	NÃO	DCD12/07/2017 PAG. 175
Vinicius Carvalho	PRB	13/07/2017	Missão MDIC	SIM	DCD12/07/2017 PAG. 179
Professor Victório Galli	PSC	20/09/2017	Rel. Br-Is	NÃO	DCD21/09/2017 PAG. 395
Bruna Furlan	PSDB	27/09/2017	Relações Brasil-Israel	SIM	DCD28/09/2017 PAG. 221
Ivan Valente	PSOL	15/05/2018	Processo de Paz	SIM	DCN 17/05/2018 PAG. 67
Orlando Silva	PCDOB	15/05/2018	Processo de Paz	SIM	DCN 17/05/2018 PAG. 100
Fábio Sousa	PSDB	11/04/2018	Embaixada Jerusalém	NÃO	DCD12/04/2018 PAG. 104
Paulo Pimenta	PT	15/05/2018	Solidariedade ao Povo Palestino	NÃO	DCD16/05/2018 PAG. 91
Rodrigo Maia	DEM	17/05/2018	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD12/04/2018 PAG. 105
Jony Marcos	PRB	11/04/2018	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD12/04/2018 PAG. 105
Roberto da Lucena	Podemos	17/05/2018	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD18/05/2018 PAG. 6
Sóstenes Cavalcante	DEM	17/05/2018	Homenagem ao Estado de Israel	SIM	DCD18/05/2018 PAG. 6
Carlos Gomes	PRB	17/05/2018	Embaixada Jerusalém	NÃO	DCD18/05/2018 PAG. 6
João Campos	PRB	17/05/2018	Embaixada Jerusalém	NÃO	DCD18/05/2018 PAG. 6
Augusto Carvalho	SD	17/05/2018	Embaixada Jerusalém	SIM	DCD18/05/2018 PAG. 20
Erika Kokay	PT	17/05/2018	Embaixada Jerusalém	SIM	DCD18/05/2018 PAG. 21
Professor Victório Galli	PSL	17/05/2018	Embaixada Jerusalém	NÃO	DCD18/05/2018 PAG. 41
Aureo	SD	22/05/2018	Embaixada Jerusalém	NÃO	DCD23/05/2018 PAG. 82

Luiz Carlos Hauly	PSDB	23/05/2018	Embaixada Jerusalém	SIM	DCD24/05/2018 PAG. 303
Maria do Rosário	PT	23/05/2018	UNESCO	SIM	DCD24/05/2018 PAG. 302
Roberto de Lucena	Podemos	25/06/2018	Embaixada Jerusalém	NÃO	DCD26/06/2018 PAG. 43

Fonte: Câmara dos Deputados (2022), elaboração própria.